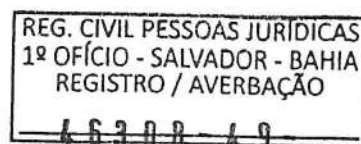


# ESPORTE CLUBE VITÓRIA

FUNDADO EM  
13/05/1899

## ESTATUTO SOCIAL

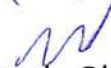
-28/12/23



Alteração elaborada pela Comissão Permanente de Adequação do Estatuto Social do Esporte Clube Vitória, instituída através da Resolução 07/2022 de 07 de dezembro de 2022, aprovada pelo Conselho Deliberativo em reuniões extraordinárias realizadas nos dias 16 de novembro de 2023 e 30 de novembro de 2023, apresentada à Assembleia Geral de Sócios no dia 02 de dezembro de 2023, e aprovada com o voto de 117 (cento e dezessete) associados, que representou 60,62% (sessenta vírgula sessenta e dois por cento) dos associados presentes à Assembleia.

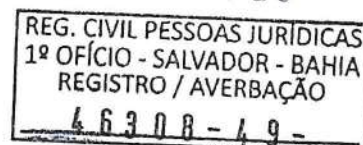


Nilton Gonçalves Almeida Filho  
Presidente da Assembleia Geral



Ralph Fernandes de Oliveira Neto  
Secretário da Assembleia Geral

-28/12/23



## ÍNDICE GERAL

### TÍTULO I - DO CLUBE

Capítulo I - Das Disposições Preliminares	04
Capítulo II - Do Patrimônio	05
Capítulo III - Dos Livros	08

### TÍTULO II - DOS SÓCIOS

Capítulo I - Das Condições	10
----------------------------	----

### TÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO DO CLUBE

Capítulo I - Dos Órgãos	15
Capítulo II - Da Assembleia Geral	18
Capítulo III - Do Conselho Deliberativo	21
Capítulo IV - Do Conselho Gestor	27
Capítulo V - Do Conselho Fiscal	34
Capítulo VI - Do Conselho de Ética	36

### TÍTULO IV - DO PROCESSO ELEITORAL

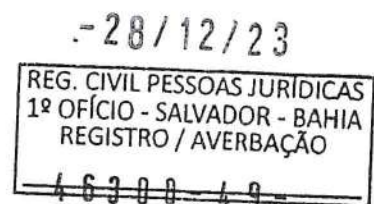
Capítulo I - Da Organização das Eleições	37
Capítulo II - Das Eleições para o Conselho Deliberativo	43
Capítulo III - Das Eleições para o Conselho Gestor	44
Capítulo IV - Das Eleições para o Conselho Fiscal	45
Capítulo V - Das Eleições para o Conselho de Ética	46

### TÍTULO V - DA GESTÃO

Capítulo I - Das Fontes de Recursos	47
Capítulo II - Do Planejamento Estratégico	47
Capítulo III - Do Plano de Gestão	48
Capítulo IV - Do Orçamento Anual	48
Capítulo V - Das Práticas de Transparência	50
Capítulo VI - Das Auditorias	51
Capítulo VII - Das Despesas	51
Capítulo VIII - Da Contabilidade	52

### TÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Capítulo I - Das Disposições Gerais	54
Capítulo II - Das Disposições Transitórias	56





**TÍTULO I  
DO CLUBE**

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Seção I - Denominação**

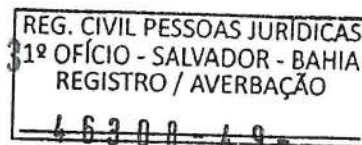
Art. 1º O ESPORTE CLUBE VITÓRIA, neste Estatuto denominado VITÓRIA, foi fundado na cidade de Salvador, Estado da Bahia, Brasil, em 13 de maio de 1899, data que, por este fato, é instituída como comemorativa pela Lei Municipal nº 7.958/2011.

**Seção II - Natureza**

Art. 2º O VITÓRIA, pessoa jurídica de direito privado, é uma associação civil sem fins lucrativos, em número ilimitado, com sede e foro em Salvador, de duração indeterminada, de caráter desportivo, cultural, educacional, recreativo, assistencial e filantrópico, inscrita no CNPJ 15.217.003/0001-59, reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Estadual nº 8.817 de 21/02/1937, pelas Leis Estaduais nº 6.917 de 16/11/1995 e nº 11.167 de 11/08/2008 e pela Lei Municipal nº 7.567 de 10/10/2008.

**Seção III - Finalidade**

28/12/23



Art. 3º O VITÓRIA tem os seguintes fins:

I - proporcionar, desenvolver e difundir as diversas práticas desportivas e paradesportivas, profissionais e amadoras, primordialmente o Futebol e o Remo, pela formação de atletas e participação ou efetiva organização ou administração de equipes competitivas;

II - promover, desenvolver e difundir eventos, atividades e ações de caráter desportivo, social, cultural, educacional, recreativo, assistencial e filantrópico, vedadas atividades de natureza política.

Art. 4º Para alcançar seus objetivos, o VITÓRIA poderá realizar as seguintes ações:

I - filiar-se a entidades desportivas, em níveis estadual, nacional e internacional;

II - desenvolver atividades comerciais em suas instalações e explorar seu patrimônio, por autogestão ou terceirização;

III - participar de capital social de empresas, como acionista ou sócio cotista, na forma da lei;

IV - fundar filiais e criar escritórios ou quaisquer outros espaços relacionados a sua finalidade, em território nacional e no exterior;

V - constituir e ministrar cursos de formação educativa e profissional a atletas, mediante convênio com entidade pública ou privada, e firmar convênios públicos com a utilização de recursos de renúncia fiscal ou incentivos de qualquer natureza para constituir centros de formação de atletas;





VI - receber e alojar atletas nas suas dependências.

Parágrafo único. No desenvolvimento das suas atividades, o VITÓRIA e os membros dos seus órgãos sociais obedecerão aos princípios da transparência, ética, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, acessibilidade e respeito à dignidade humana, vedadas práticas discriminatórias e preservadas a participação democrática dos seus sócios.

## **CAPÍTULO II DO PATRIMÔNIO**

### **Seção I - Constituição**

Art. 5º O patrimônio do VITÓRIA é constituído pelos bens móveis, imóveis e intangíveis, incluindo títulos, rendas, donativos, dinheiro em espécie, créditos, quotas e ações de sociedades em que detiver participação societária, quaisquer outros valores que existam ou que venham a ser adquiridos legalmente, além de direitos, marcas, símbolos, patentes, troféus, diplomas, medalhas, flâmulas, uniformes, documentos, dísticos, legendas, lemas, locuções, hinos e seus registros.

§ 1º Os troféus, diplomas, medalhas e insígnias conquistadas em concursos e competições ou recebidos como homenagens pelo VITÓRIA e em seu nome são inalienáveis e impenhoráveis.

§ 2º O patrimônio imobiliário não poderá ser dividido, acrescido, alienado, gravado ou permutado sem prévia aprovação do Conselho Deliberativo, salvo nos casos de ordens judiciais.

§ 3º Para o Complexo Esportivo Benedito Dourado da Luz, que inclui o Estádio Manoel Barradas, o Centro de Treinamento Manoel Pontes Tanajura, a Concentração Vidigal Guimarães e a Concentração Raimundo Rocha Pires; a Sede Náutica da Ribeira; bem como outros bens imóveis no valor superior a 500 (quinhentos) salários mínimos, além das exigências do parágrafo anterior, a decisão deverá ser referendada pela Assembleia Geral, mediante convocação de reunião com fim específico, através da aprovação de pelo menos 3/4 (três quartos) dos presentes.

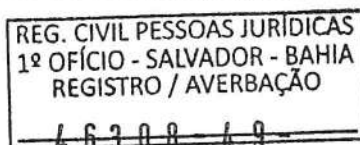
### **Seção II - Patrimônio Material**

Art. 6º São bens materiais do VITÓRIA o Complexo Esportivo Benedito Dourado da Luz, onde está sua Sede Administrativa, na Rua Artêmio Castro Valente, nº 1, Canabrava, CEP 41260-300, e inclui o Estádio Manoel Barradas, o Centro de Treinamento Manoel Pontes Tanajura, a Concentração Vidigal Guimarães e a Concentração Raimundo Rocha Pires; e a Sede Náutica, situada na Rua Porto dos Tainheiros, 14, Ribeira.

### **Seção III - Patrimônio Imaterial (Símbolos)**

Art. 7º São bens imateriais do VITÓRIA, em caráter oficial, registrados na forma da lei:

I - os escudos: - 28/12/23





Escudo Oficial



Escudo de Esporte Náuticos

Parágrafo Único. Poderão ser integrados aos escudos os marcos relativos às conquistas desportivas.

II - a bandeira;

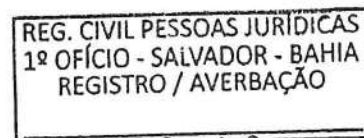


III - o hino;

VITÓRIA, VITÓRIA, mostra o teu valor  
No campo da luta, tu és o melhor  
O teu pavilhão tem feitos de glória  
VITÓRIA, VITÓRIA, tu tens grande história

Somos torcedores de grande valor  
Somos rubro-negros, não temos temor  
Estamos contigo em qualquer lugar  
Pois temos conquistas na terra e no mar

28/12/23



46308-49-







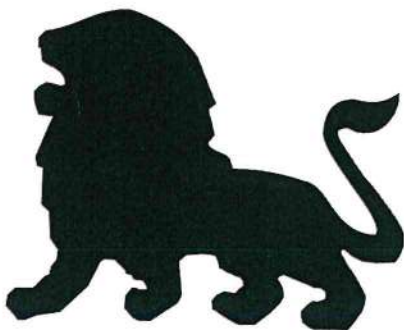
VITÓRIA, VITÓRIA, mostra o teu valor  
No campo da luta, tu és o melhor  
O teu pavilhão tem feitos de glória  
VITÓRIA, VITÓRIA, tu tens grande história

Procura mostrar todo teu poder  
Somos invencíveis, não vamos temer  
O teu pavilhão, nós vamos erguer  
Seremos VITÓRIA até morrer!

VITÓRIA, VITÓRIA, mostra o teu valor  
No campo da luta, tu és o melhor  
O teu pavilhão tem feitos de glória  
VITÓRIA, VITÓRIA, tu tens grande história

Composição: Albino Castro e Vivaldo Souza

IV - o mascote;



Leão Imperial

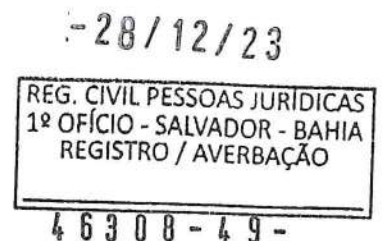
V - os uniformes.

Parágrafo único. O primeiro e o segundo uniformes do VITÓRIA possuem conceitos fixos, admitidos outros diversificados:

I - o primeiro uniforme é formado por camisa nas cores vermelha e preta, com o escudo oficial na parte superior esquerda da frente, calção branco ou preto, meias nas cores e modelo da camisa;

II - o segundo uniforme é formado predominantemente pela cor branca e as cores vermelha e preta como secundárias, com o escudo oficial na parte superior esquerda da frente;

III - por motivação comemorativa, mercadológica ou por força de regulamento de competição esportiva, outros uniformes poderão ser compostos por cores diversas e pelo escudo náutico.





Art. 8º A aplicação de marcas e símbolos do VITÓRIA e a de terceiros em seus bens ou produtos, comercialmente ou não, se submeterá à orientação do manual de identidade visual e sonora.

Art. 9º A torcida do VITÓRIA, reconhecida pela Lei Estadual nº 13.596 de 14 de dezembro de 2016 como Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado da Bahia, é seu patrimônio indelével.

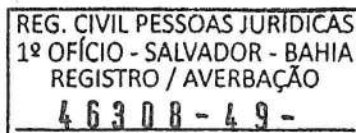
### **CAPÍTULO III DOS LIVROS**

Art. 10. Os seguintes livros deverão ser mantidos escriturados e atualizados em todos os meios:

I - o livro de registro de sócios, que deve incluir o seguinte:

- a) nome completo;
- b) categoria de sócio;
- c) propriedade de cadeira cativa;
- d) cargo ou função no VITÓRIA;
- e) fotografia;
- f) filiação;
- g) número do registro civil;
- h) número do CPF/MF;
- i) data de nascimento;
- j) estado civil;
- k) profissão;
- l) endereço;
- m) escolaridade;
- n) sanções disciplinares que lhe foram impostas no VITÓRIA;
- o) data de associação;
- p) datas de cessação do pagamento de taxas devidas;
- q) situação de regularização cadastral.

-28/12/23



II - o livro do movimento econômico e financeiro, que deve registrar o seguinte:

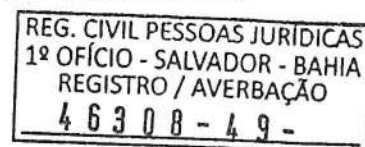
- a) os elementos constitutivos da ordem econômica, financeira e orçamentária comprovados por documentos em arquivo;
- b) o orçamento e a contabilidade do desporto profissional registrados de modo autônomo, a fim de garantir tratamento independente ao setor;
- c) todas as receitas e despesas, sujeitas à exibição dos comprovantes de recolhimento ou pagamento e à demonstração dos respectivos saldos;
- d) o balanço de cada exercício, acompanhado da demonstração dos lucros e perdas, com registro dos resultados das contas patrimoniais financeiras e orçamentárias.

III - o livro dos ingressos, que deve registrar o balanço das cotas e ingressos de eventos;

IV - o livro do inventário do patrimônio físico, que deve registrar as especificações técnicas dos bens imóveis;

V - os livros de atas dos órgãos sociais, que devem conter o seguinte:

- a) título;
- b) data, hora e local da reunião;
- c) quórum de instalação e em qual convocação ocorreu;
- d) composição da mesa;
- e) ordem do dia;
- f) registro, conforme a ordem do dia, dos fatos ocorridos, como dissidências, protestos, abstenções nos casos de conflito de interesse, - estes podendo ser lavrados na forma de sumário - propostas, documentos submetidos, declarações de voto e deliberações - estes devendo ser transcritos;
- g) o encerramento dos trabalhos, a lavratura da ata e as assinaturas;
- h) lista de presença.



28/12/23

§ 1º O VITÓRIA garante a privacidade dos dados pessoais dos sócios, impedindo a divulgação e a entrega a terceiros, exceto nos termos previstos neste Estatuto ou com consentimento do sócio.

§ 2º No que diz respeito à receita proveniente de doações, deve ser especificado o objetivo a que se destinam, com a respectiva comprovação e identificação do doador.

§ 3º Para produzir efeitos legais, as atas das reuniões deverão ser conferidas, aprovadas e assinadas pelo Presidente e pelo Secretário do órgão, ao pé das assinaturas dos demais membros presentes,



acrescidas as assinaturas dos Escrutinadores e dos representantes de chapas nas reuniões de caráter eleitoral, e registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sem prejuízo da gravação.

## **TÍTULO II DOS SÓCIOS**

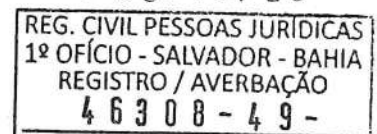
### **CAPÍTULO I DAS CONDIÇÕES**

#### **Seção I - Constituição**

Art. 11. O sócio é a pessoa física que se filia ao VITÓRIA, com direitos e obrigações previstos neste Estatuto.

28/12/23

#### **Seção II - Categorias**



Art. 12. Os sócios dividem-se nas seguintes categorias:

I - sócio torcedor, que é o participante de programa de fidelidade do VITÓRIA nas condições:

a) titular;

b) dependente, conforme regulamento do Programa, sem direitos estatutários, salvo o dependente que no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data em que completar 18 (dezoito) anos solicitar a migração para titular, e terá direito a incorporar o tempo de dependente ininterrupto ao seu plano.

II - sócio patrimonial, que é o detentor do título Proprietário ou Remido regularizado no cadastro do VITÓRIA, em caráter pessoal e intransferível, respeitadas as condições contratuais originais;

III - sócio atleta, que é todo atleta, amador ou profissional, enquanto estiver em prática esportiva pelo VITÓRIA;

IV - sócio ídolo, que é o ex-atleta com reconhecidos serviços prestados e identificação, podendo atuar como embaixador do VITÓRIA.

§ 1º Os títulos de sócio atleta e sócio ídolo não exigem contribuição social.

§ 2º O sócio patrimonial deverá pagar taxa anual para gozar dos direitos estatutários.

§ 3º A concessão de vantagens será isonômica, de acordo com especificidades de cada categoria.

#### **Seção III - Admissão**

Art. 13. São condições para ingresso no quadro de sócios do VITÓRIA, além de atender aos preceitos deste Estatuto e dos Instrumentos Normativos Complementares, os seguintes requisitos:

I - adquirir o título de sócio ou associar-se aos programas de fidelidade do VITÓRIA;



- II - gozar de boa conduta;
- III - exercer atividade lícita;
- IV - não ter sido punido com eliminação em sociedade congênere ou não a esta por ato desabonador;
- V - possuir autorização expressa do responsável legal, se menor de 18 (dezoito) anos de idade;
- VI - portar-se com sociabilidade, cortesia e disciplina.

Art. 14. A admissão no quadro de sócios dar-se-á automaticamente com a expedição da identificação social, que é pessoal e intransferível, cujo custo é assumido pelo interessado.

Art. 15. Será cancelado o cadastro do sócio que não se recadastrar no prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento do comunicado neste sentido, facultado o reingresso a qualquer tempo.

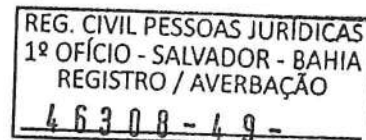
#### Seção IV - Direitos

Art. 16. São direitos comuns a todos os sócios:

I - conhecer as atividades e acessar instrumentos normativos, documentos e informações relativos às contas e à gestão do VITÓRIA, ressalvados aqueles cujo sigilo legal ou contratual o imponham reserva ou cuja divulgação possa causar prejuízo de qualquer natureza, inclusive negocial;

II - apresentar sugestões de interesse do VITÓRIA;

- 28/12/23



III - desassociar-se a qualquer momento por manifestação formal, sem implicar reembolso de valores antecipados;

IV - requerer pessoalmente ou por procurador constituído, suspensão temporária da sua condição de sócio e da respectiva contribuição social ou taxa de manutenção por comprovada incapacidade física ou mental, assegurada a contagem do tempo associativo anterior;

V - representar aos órgãos do VITÓRIA, para fins de apuração de responsabilidades sobre práticas que julguem inconvenientes ou lesivas, bem como recorrer ao órgão competente contra decisões.

Art. 17. São direitos exclusivos dos sócios torcedores e sócios patrimoniais após 18 (dezoito) meses consecutivos de associação e quites com suas obrigações sociais:

I - votar e ser votado para os cargos eletivos, na forma prevista neste Estatuto;

II - tomar parte nas Assembleias Gerais;

III - propor alteração estatutária por requerimento de 1/5 (um quinto) dos sócios com direito a voto;

IV - solicitar ao Presidente do Conselho Deliberativo a convocação extraordinária da Assembleia Geral, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal;

§ 1º O sócio deve estar quite com suas obrigações sociais, observando os prazos:

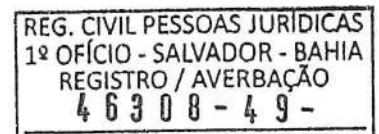
I - até 30 (trinta) dias corridos antes da data da Assembleia Geral para exercer o direito de voto;

II - até 15 (quinze) dias corridos antes do encerramento do registro de candidaturas para ser votado.

§ 2º Enquanto subsistir relação comercial ou empregatícia com o VITÓRIA, o sócio ficará impedido de exercer cargo de direção e de votar e ser votado, mantidas as obrigações sociais e resguardados outros direitos estatutários.

### Seção V - Deveres

-28/12/23



Art. 18. São obrigações comuns dos sócios:

I - contribuir para o VITÓRIA alcançar seus objetivos;

II - cumprir o disposto neste Estatuto e nos Instrumentos Normativos Complementares;

III - manter-se em dia com obrigações sociais e com despesas que realizar no VITÓRIA;

IV - apresentar a identificação social e o comprovante de quitação das obrigações, quando solicitados;

V - manter seu cadastro permanentemente atualizado;

VI - comparecer às reuniões a que for especificamente convocado, salvo por justificativa formal;

VII - tratar com urbanidade os dirigentes e funcionários do VITÓRIA no exercício de suas funções ou no desempenho de suas atribuições, os seus sócios e todos que estiverem nas suas dependências;

VIII - portar-se convenientemente sempre que estiver em causa o bom nome do VITÓRIA;

IX - zelar pelos bens materiais do VITÓRIA e ressarcir os prejuízos a que der causa, por si ou por seu dependente, por dolo ou culpa;

X - informar aos dirigentes do VITÓRIA qualquer anormalidade que possa prejudicá-lo;

XI - representar ao Conselho Deliberativo ao tomar conhecimento de fatos atribuídos a membro de qualquer dos seus órgãos que incidam em penalidade conforme este Estatuto.

§ 1º O sócio que descumprir a obrigação de pagar as suas contribuições sociais e taxas poderá regularizar a sua situação no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados do vencimento da primeira contribuição em aberto, mantendo ininterrupto o seu tempo de associação, ou perderá automaticamente a sua condição de sócio em caso de descumprimento do prazo estabelecido.



§ 2º O sócio não responde, sob qualquer forma, pelas obrigações contraídas pelo VITÓRIA, desde que não exerça cargo eletivo do Conselho Gestor.

#### **Seção VI - Penalidades**

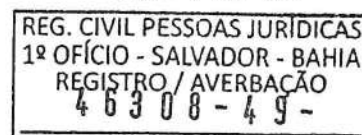
Art. 19. Assegurado o devido processo legal, com direito ao contraditório, à ampla defesa e todos os recursos inerentes, o sócio que infringir as disposições deste Estatuto e dos Instrumentos Normativos Complementares estará sujeito às seguintes penalidades:

I - advertência escrita;

II - suspensão;

III - exclusão.

-28/12/23



Art. 20. O sócio estará sujeito à advertência escrita se:

I - infringir determinações constantes neste Estatuto, de Regulamentos ou Resoluções dos órgãos do VITÓRIA para as quais não estejam previstas penalidades mais graves;

II - praticar atos contrários à boa educação e à sociabilidade nas instalações do VITÓRIA ou em outro local em que esteja havendo prática de suas atividades.

Art. 21. O sócio estará sujeito à suspensão se:

I - reincidir em infração disciplinar equivalente à advertência escrita em até 2 (dois) anos;

II - ceder a identificação social ou o comprovante de quitação das obrigações a terceiro, a fim de possibilitar o ingresso no VITÓRIA ou o exercício de direito estatutário privativo;

III - fazer referência injuriosa ao VITÓRIA ou desrespeitar seus funcionários no desempenho de suas funções;

IV - praticar ato de violência física contra qualquer pessoa nas dependências do VITÓRIA, inclusive no estádio, ou em ambientes externos durante eventos, além de perturbar a ordem;

V - praticar atos que atentem contra o bom nome do VITÓRIA;

VI - causar dano ao patrimônio do VITÓRIA ou de terceiros nas suas dependências.

Parágrafo único. A suspensão terá duração de 30 (trinta) a 360 (trezentos e sessenta) dias corridos e implicará a proibição de acesso às dependências do VITÓRIA ou a evento promovido pelo mesmo durante seu cumprimento, assim como o exercício dos direitos estatutários, mantidas as obrigações sociais correspondentes ao período, não cabendo indenização ou ressarcimento.

Art. 22. O sócio estará sujeito à exclusão se:



- I - descumprir os deveres estatutários;
- II - reincidir em infração disciplinar lhe ensejou punição com pena de suspensão;
- III - for admitido no quadro social com documentos ou informações falsas;
- IV - for condenado por crime doloso ou por ato que o torne inidôneo, com decisão transitada em julgado, enquanto não cumprida a sua pena;
- V - apropriar-se de qualquer quantia, valor ou bem pertencente ao VITÓRIA ou recusar-se a prestar contas do que lhe tenha sido confiado a qualquer título;
- VI - caluniar, injuriar e difamar o VITÓRIA, concorrendo para o seu desprestígio;
- VII - causar prejuízo ao VITÓRIA, inclusive por dano aos seus bens móveis e imóveis.

§ 1º Aplicada a exclusão, o título do sócio será revertido à propriedade do VITÓRIA, não cabendo indenização ou ressarcimento.

§ 2º O sócio que for punido com a penalidade de exclusão somente poderá ser readmitido após decorridos 7 (sete) anos da decisão definitiva da pena.

§ 3º As punições aos sócios alcançarão os direitos dos seus dependentes.

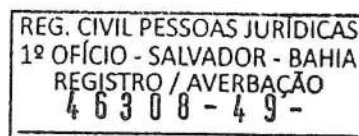
### **Subseção I - Procedimento Disciplinar**

Art. 23. O procedimento disciplinar deverá ser proposto através de representação de interessado, dirigida ao Presidente do Conselho de Ética, observadas as disposições do Regimento Interno do Conselho de Ética e deste Estatuto.

§ 1º Sob pena de indeferimento, a representação deverá indicar o seguinte:

- I - dia, hora e local da ocorrência ou endereço da publicação e imagem da tela, se em âmbito virtual;
- II - nome e qualificação do infrator;
- III - exposição do fato em suas circunstâncias e juntada de elementos probatórios dos fatos alegados;
- IV - assinatura e qualificação do autor;
- V - nome e qualificação das testemunhas, se houver;
- VI - tempestividade.

a) em caso de indeferimento da representação, o autor poderá apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis.



Art. 24. O procedimento administrativo objetivando a aplicação da Advertência Escrita será sumário, feitos os devidos registros.

Art. 25. Ressalvados os casos em que caiba aplicação de advertência escrita, instaurado o processo disciplinar, será concedido ao sócio o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação para apresentar sua defesa, a ser dirigida ao Presidente do Conselho de Ética.

§ 1º Das decisões proferidas pelo Conselho de Ética caberá recurso para o Conselho Deliberativo, e das decisões proferidas pelo Conselho Deliberativo, em processos de sua competência originária, caberá recurso para a Assembleia Geral, em ambos os casos a ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação da decisão.

§ 2º O juízo de admissibilidade dos recursos em matéria ético-disciplinar caberá ao Presidente do Conselho Deliberativo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, inclusive quanto à concessão de efeito suspensivo, acaso requerido, hipótese em que considerará a gravidade e a natureza da infração a fim de recomendar a manutenção da suspensão ou da exclusão ao infrator, promovendo os atos necessários ao imediato cumprimento da penalidade.

§ 3º A decisão que conceder ou negar efeito suspensivo aos recursos deverá ser referendada ou reformada pelo Conselho Deliberativo, que decidirá em única e última instância sobre o incidente, em reunião a ser realizada em até 30 (trinta) dias corridos da data da decisão da Presidência.

§ 4º Os procedimentos instaurados para apurar responsabilidades ético-disciplinares de sócios que praticaram atos em coautoria ou participação serão unitários, a fim de ensejar decisões uniformes.

Art. 26. Na aplicação de qualquer penalidade devem ser considerados os motivos, a gravidade e as circunstâncias da infração, a idade e os antecedentes do sócio.

### **TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO CLUBE**

#### **CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS**

##### **Seção I - Constituição**

Art. 27. São órgãos do VITÓRIA:

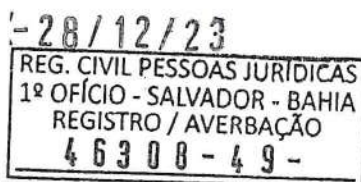
I - Assembleia Geral;

II - Conselho Deliberativo;

III - Conselho Gestor;

IV - Conselho Fiscal;

V - Conselho de Ética.





## Seção II - Exercício nos órgãos

Art. 28. A função ocupada em algum órgão do VITÓRIA é exercida em razão da qualidade de sócio, de maneira que, durante todo o exercício, subsistem todos os direitos e obrigações da respectiva categoria de sócio, inclusive sofrendo restrições da função a partir da pena imposta.

Art. 29. O exercício de cargo ou função de membros eleitos para os Conselhos Deliberativo, Fiscal, de Ética é voluntário e gratuito, vedado o recebimento de honorários, pró-labore, ajuda de custo ou qualquer outra forma de remuneração vinculada direta ou indiretamente ao exercício desses cargos ou funções, devendo o eleito que aceitar o exercício de cargo remunerado perder o seu mandato.

Art. 30. Todos os dirigentes de órgãos do VITÓRIA deverão adotar as práticas de gestão corporativa e administrativa necessárias para assegurar a efetiva transparência da condução do órgão.

Art. 31. É vedada a contratação de serviços remunerados de empresa e sociedade civil cujo sócio, gestor ou administrador esteja no exercício de cargo de direção ou exerça qualquer cargo remunerado no VITÓRIA, bem como de empresa que tenha como sócio, administrador ou gestor, parente consanguíneo ou afim até 3º grau de dirigente ou pessoa em exercício de cargo remunerado no VITÓRIA, vedação estendida aos profissionais liberais que se enquadrem na mesma hipótese.

Art. 32. Os Presidentes e Vice-presidentes dos órgãos do Vitória têm direito a obter licença, durante o período do mandato, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, devendo, no entanto, quando não se tratar de afastamento por motivo de força maior, submeter o pedido a análise prévia pelo Conselho Deliberativo, quando, no mesmo período, encontrarem-se, também, afastados seus sucessores imediatos, para que o Clube não venha a ficar sem representação.

§ 1º Na hipótese de o período de licença ser superior a 30 (trinta) dias, a licença será não remunerada.

§ 2º Nos casos de licenciamento ou vacância simultânea do Presidente e dos Vice-presidentes do Conselho Deliberativo, o Conselho se reunirá em regime de urgência para escolher um Presidente e um Vice-presidente interino que, nesta qualidade, exercerão os cargos até o retorno de qualquer dos titulares, ou até a realização das eleições, caso ainda não atingidos 4/6 (quatro sextos) do mandato.

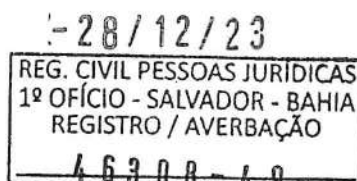
## Seção III - Penalidades e Responsabilizações

Art. 33. Assegurado o devido processo legal, com direito ao contraditório, à ampla defesa e recurso ao Conselho Deliberativo, os membros dos órgãos do VITÓRIA, eleitos ou nomeados, estarão sujeitos às seguintes penalidades:

I - afastamento;

II - destituição;

III - inelegibilidade.



Art. 34. Estará sujeito à destituição do mandato ou cargo o membro de órgão do VITÓRIA que:



-28/12/23

- I - perder a condição de sócio;
  - II - deixar de cumprir suas obrigações estatutárias durante 6 (seis) meses;
  - III - descumprir, sem justificativa razoável, os prazos e as disposições estatutárias;
  - IV - praticar atentado, de qualquer forma, à existência do VITÓRIA, ao livre exercício dos seus poderes, à sua segurança interna e aos direitos dos seus sócios;
  - V - fazer uso de qualquer meio de comunicação para veicular expressões ofensivas ao VITÓRIA;
  - VI - à época da candidatura, incidir em alguma das causas de inelegibilidade estabelecidas neste Estatuto, e ficar comprovado no decorrer do seu mandato;
  - VII - acionar ou demandar contra o VITÓRIA, suas controladas ou coligadas, ou representar terceiros em ações movidas contra o VITÓRIA, ressalvadas as hipóteses de questionamentos quanto a decisões dos seus poderes;
  - VIII - deixar de promover ação judicial contra os atuais e/ou anteriores ocupantes da presidência e vice-presidência de poderes, quando houver, e atuais e/ou anteriores dirigentes não estatutários, para reparação de prejuízos e atos lesivos causados ao VITÓRIA, desde que na vigência do prazo prescricional e de posse de apuração consistente e conclusiva de responsabilidade;
  - IX - usar as oportunidades comerciais de que tenham conhecimento em razão do exercício do cargo, bem como transmitir ou divulgar, em meio de comunicação ou diretamente a pessoa não autorizada, informações da vida administrativa do VITÓRIA de caráter sigiloso que ainda não tenha sido divulgada oficialmente, capaz de influir de modo ponderável no valor de aquisição e/ou alienação de seus bens, serviços ou direitos, ou de caráter reservado pendente de apreciação por qualquer um dos Poderes, independentemente de prejuízo e obtenção de benefício para si ou para outrem, sobretudo para fins políticos e eleitorais em qualquer esfera pública;
  - X - incorrer ou descobrir-se que se enquadra em alguma das hipóteses previstas no artigo 108;
  - XI - Os membros dos órgãos do Vitória que praticarem atos ilícitos, de gestão irregular ou temerária, serão penalizados, cumulativamente, com perda do cargo ou função, suspensão dos direitos sociais por 07 (sete) anos e inelegibilidade pelo prazo dos 07 (sete) anos seguintes, para exercício de quaisquer cargos diretivos no Vitória.
- § 1º Fica sujeito a destituição do mandato o membro do órgão do Vitória que deixar de promover ação judicial, sob sua responsabilidade, contra os atuais e/ou anteriores ocupantes da presidência ou vice-presidência de poderes e demais dirigentes para reparação de prejuízos e atos lesivos causados ao Vitória, observado os prazos prescricionais.
- § 2º Além da perda de mandato, fica inelegível pelo prazo de 07 (sete) anos o membro de órgãos do Vitória que usar de informações privilegiadas para obtenção de vantagens de qualquer natureza, para si ou para outrem, em relação ao cargo que ocupa.

§ 3º Mediante prévia deliberação do Conselho Deliberativo, o Vitória adotará medidas judiciais cabíveis contra os dirigentes para ressarcimento dos prejuízos causados ao seu patrimônio, conforme disposto na Lei Federal nº 9.615/98 de 24/05/1988, e/ou alterações posteriores.

Art. 35. Mediante deliberação da Assembleia Geral, o VITÓRIA adotará medida judicial cabível contra os dirigentes para ressarcimento dos prejuízos causados ao seu patrimônio, conforme disposto na Lei vigente.

## **CAPÍTULO II DA ASSEMBLEIA GERAL**

### **Seção I - Constituição**

Art. 36. A Assembleia Geral é o órgão máximo do VITÓRIA, sujeita aos termos deste Estatuto e às Leis brasileiras vigentes.

### **Seção II - Composição**

Art. 37. A Assembleia Geral é composta por sócios torcedores titulares e sócios patrimoniais maiores de 18 (dezoito) anos, em pleno gozo dos seus direitos estatutários.

### **Seção III - Periodicidade**

Art. 38. A Assembleia Geral reunir-se-á de forma ordinária, a cada três anos, para eleger os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal e o Presidente e o Vice-presidente do Conselho Gestor, ou extraordinária.

### **Seção IV - Convocação**

Art. 39. A Assembleia Geral será convocada:

I - pelo Presidente do Conselho Deliberativo;

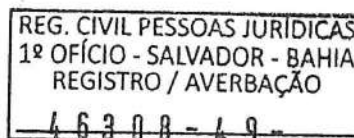
II - por requerimento de 1/5 (um quinto) dos sócios adimplentes e com direito a voto;

III - por requerimento da maioria absoluta dos membros do Conselho Deliberativo;

IV - pelo Presidente do Conselho Gestor.

§ 1º A Assembleia Geral poderá, ainda, ser convocada por 15% (quinze por cento) dos sócios com direito a voto para deliberar sobre a instauração de procedimento para apuração de responsabilidade dos dirigentes, após 03 (três) meses da ciência pelo Presidente do Conselho Deliberativo, do ato tido como de gestão irregular ou temerária: 28/12/23

I - não tenha sido instaurado o referido procedimento;





II - não tenha sido convocada Assembleia Geral para deliberar sobre os procedimentos para apuração da responsabilidade.

§ 2º O Presidente do Conselho Deliberativo fará juízo de admissibilidade do requerimento previsto no inciso II, verificando requisitos de procedibilidade e a legalidade e emitindo parecer fundamentado em até 05 (cinco) dias úteis em caso de negativa, e, na hipótese de omissão sucessiva dos membros da Mesa Diretora, o requerimento poderá ser encaminhado sucessivamente aos Presidentes do Conselho Gestor e do Conselho Fiscal, que terão igual prazo e prerrogativa.

§ 3º Caso os sócios não sejam atendidos, caberá recurso ao colegiado do Conselho Deliberativo, protocolado pelos 03 (três) primeiros subscritores do requerimento na Secretaria do Conselho Deliberativo, cuja reversão da decisão ocorrerá pelo voto de 2/3 (dois terços) dos seus membros.

§ 4º A Assembleia Geral Extraordinária para eleger e empossar o sucessor do Presidente do Conselho Gestor que não tenha cumprido 4/6 (quatro sextos) do mandato, em decorrência de renúncia, destituição, morte ou impedimento definitivo, deverá ser convocada nas 48 (quarenta e oito) horas subsequentes ao evento e realizar-se-á em até 30 (trinta) dias corridos após a convocação.

Art. 40. O Edital da convocação deverá ser divulgado pelos seguintes meios, cumulativamente:

I - afixação na Sede Administrativa, da publicação até a realização da Assembleia Geral;

II - duas publicações no Site Oficial, sendo a primeira até 02 (dois) dias úteis depois da publicação do Edital e a segunda a 03 (três) dias úteis da realização da Assembleia Geral;

III - publicação em jornal local diário de grande circulação por 03 (três) vezes para Assembleia Geral com fins eleitorais e uma vez para com quaisquer outros fins.

§ 1º Além dos meios de divulgação obrigatórios, poderá ser feito chamamento individualizado através de e-mail ou SMS ao telefone celular, ambos previamente cadastrados pelo sócio. - 28/12/23

§ 2º O Edital deverá conter as seguintes informações:

I - identificação da Assembleia Geral, se Ordinária ou Extraordinária;

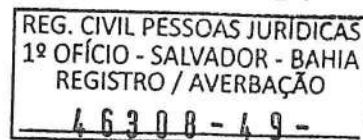
II - indicação do dia, mês, ano e hora da primeira, da segunda e da terceira convocações;

III - endereço completo do local onde ela ocorrerá;

IV - relação, de forma clara e precisa, dos assuntos a serem deliberados;

V - indicação do dispositivo estatutário que lastreia a convocação e quem a promove;

VI - local e data da formalização e da assinatura do responsável pelo ato.



#### Seção V - Exercício



Art. 41. As Assembleias Gerais serão abertas e presididas pelo Presidente do Conselho Deliberativo, a quem compete nomear um Secretário, com observância da Seção III do Capítulo I do Título IV.

Parágrafo único. Na ausência do Presidente do Conselho Deliberativo, a Assembleia Geral será aberta e presidida sucessivamente pelo seu 1º Vice-presidente, pelo seu 2º Vice-presidente, pelo Presidente do Conselho Fiscal e pelo sócio com maior tempo de associação do Conselho Deliberativo.

Art. 42. Na Assembleia Geral convocada para deliberar sobre propostas de alteração do Estatuto, fica assegurado aos membros presentes, além do direito de rejeitá-las parcial ou totalmente, o direito de defender emenda proposta tempestivamente ao Conselho Deliberativo e não acolhida, desde que reapresentada com o referendo de, pelo menos, 50 (cinquenta) sócios aptos, mediante requerimento escrito endereçado ao Presidente da Assembleia Geral.

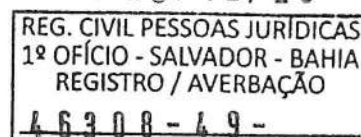
Art. 43. É vedada a participação na Assembleia Geral por procuração.

Art. 44. O sócio tem direito a voto único, mesmo que possua aptidão em mais de uma categoria.

#### Seção VI - Competências

- 28/12/23

Art. 45. Compete privativamente à Assembleia Geral:



I - eleger os membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e o Presidente e o Vice-presidente do Conselho Gestor;

II - destituir membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Gestor e do Conselho Fiscal, pelo voto de 3/5 (três quintos) dos sócios presentes;

III - deliberar sobre a moção de desconfiança, pelo voto de 3/4 (três quartos) dos membros presentes;

IV - alterar o presente Estatuto, pelo voto de 3/5 (três quintos) dos membros presentes;

V - deliberar, em grau de recurso, sobre exclusão de sócios;

VI - deliberar sobre dissolução, transformação, incorporação, cisão e fusão do VITÓRIA, nos termos deste Estatuto e da legislação pertinente, pelo voto de 3/4 (três quartos) dos membros presentes;

VII - deliberar sobre alteração ou extinção dos símbolos do VITÓRIA, pelo voto de 3/4 (três quartos) dos membros presentes;

VIII - deliberar sobre utilização dos bens patrimoniais, materiais e imateriais do VITÓRIA, à exceção dos bens dispostos no inciso IX deste Art. 45, para integralizar sua parcela de capital, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros presentes;

IX - deliberar sobre o desfazimento de bens como o Complexo Esportivo Benedito Dourado da Luz, que inclui o Estádio Manoel Barradas, o Centro de Treinamento Manoel Pontes Tanajura, a Concentração Vidigal Guimarães e a Concentração Raimundo Rocha Pires; a Sede Náutica da Ribeira; bem como

outros bens imóveis no valor superior a 500 (quinhentos) salários mínimos, por venda, permuta, doação, cessão ou inutilidade, pelo voto de 3/4 (três quartos) dos membros presentes.

Parágrafo único. Para destituição de todo o Conselho Deliberativo será preciso prova de que mais de 50% (cinquenta por cento) de seus membros tenham colaborado direta ou indiretamente para a prática de malfeitos, ou de que, cientes de que o Conselho Gestor estava cometendo atos ilícitos, deixaram de convocar a Assembleia Geral para apuração das respectivas responsabilidades.

### **CAPÍTULO III DO CONSELHO DELIBERATIVO**

#### **Seção I - Constituição**

Art. 46. O Conselho Deliberativo é o órgão colegiado de deliberação e orientação superior, representante dos sócios.

#### **Seção II - Composição**

Art. 47. O Conselho Deliberativo é composto de 150 (cento e cinquenta) membros efetivos eleitos pela Assembleia Geral, dentre estes o Presidente, e o 1º e o 2º Vice-presidente.

#### **Seção III - Mandato**

Art. 48. É de 03 (três) anos o mandato dos membros do Conselho Deliberativo, vedado ao Presidente e ao Vice-presidente mais de uma reeleição para o mesmo cargo.

#### **Seção IV - Exercício**

Art. 49. O funcionamento do Conselho Deliberativo será regulado pelo seu Regimento Interno.

Art. 50. O Conselho Deliberativo não poderá estabelecer taxas adicionais aos seus membros.

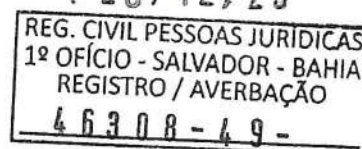
Art. 51. Inadimplente na qualidade de sócio, o Conselheiro ficará impedido de participar com voz e voto nas reuniões do órgão, salvo para defender sua inadimplência.

Art. 52. O Conselho Deliberativo é dirigido pela Mesa Diretora, composta pelo Presidente, o 1º e o 2º Vice-presidentes e um Secretário.

#### **Seção V - Competências**

Art. 53. Compete ao Conselho Deliberativo:

I - elaborar e aprovar seu Regimento Interno, bem como aprovar o Código de Ética e Disciplina elaborado pelo Conselho de Ética;





II - cumprir e fazer cumprir este Estatuto, os Instrumentos Normativos Complementares, as leis e as decisões emanadas das entidades superiores, emitindo recomendações para o saneamento dos atos administrativos que os violem;

III - dar interpretação a qualquer dispositivo do Estatuto que venha a suscitar dúvidas e deliberar, por resolução, sobre os casos omissos;

IV - eleger e empossar os membros da Mesa Diretora e do Conselho de Ética;

V - monitorar a gestão, acompanhando e examinando a qualquer tempo a execução orçamentária, o movimento financeiro, solicitar documentos, atos e contratos celebrados;

VI - deliberar sobre o orçamento anual, créditos especiais e suplementares e autorização de pagamento de despesas inadiáveis não previstas, após manifestação do Conselho Fiscal;

VII - deliberar sobre Relatório Anual do Conselho Gestor e a prestação de contas do Conselho Gestor, as Demonstrações Financeiras, consistentes no Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Relatório da Diretoria e do parecer do Conselho Fiscal;

VIII - exigir de quaisquer órgãos do VITÓRIA e dos seus Presidentes, com prazo determinado, explicação, informação ou documento que julgar necessário para exame, apreciação e deliberação;

IX - solicitar opinativo do Conselho Fiscal sobre assunto financeiro de interesse do VITÓRIA;

X - constituir Comissões Permanentes para acompanhar e assessorar órgãos e Diretorias do VITÓRIA, sem prejuízo do exercício individual;

XI - decidir sobre contratação de empréstimos, abertura de créditos, alienação, hipoteca ou permuta de bens patrimoniais, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros;

XII - apreciar e observar o cumprimento o Planejamento Estratégico;

XIII - conhecer os planos, em especial o de Gestão;

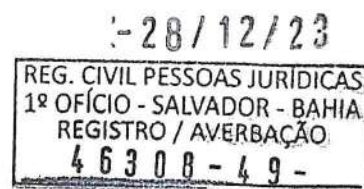
XIV - rever suas próprias decisões em grau de recurso;

XV - julgar os recursos interpostos contra decisões do Conselho Gestor;

XVI - outorgar a Comenda Artêmio Valente;

XVII - autorizar proposta do Conselho Gestor para emissão de qualquer título com cessão de obrigações, de forma vitalícia ou transitória;

XVIII - aprovar a concessão de licença aos Presidentes e Vice-presidentes dos órgãos;





XIX - apurar a responsabilidade dos seus membros e de membros dos outros órgãos e estabelecer as sanções cabíveis e fazer cumpri-las;

XX - autorizar a filiação e a desfiliação do VITÓRIA a entidades desportivas, por proposta do Conselho Gestor ou por imposição da lei ou determinação judicial, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros;

XXI - autorizar o Conselho Gestor a constituir sociedades comerciais com finalidade desportiva e aprovar os atos constitutivos e posteriores alterações, assim como a contratar sociedades comerciais para gerir suas atividades desportivas e aprovar os termos da contratação;

XXII - autorizar o Conselho Gestor a promover a realização de concursos de prognósticos e/ou similares, diretamente pelo VITÓRIA, por sociedade comercial que venha a ser constituída ou por outra empresa contratada para tal fim, visando a angariar recursos para o fomento do desporto, observadas as condições estabelecidas em lei;

XXIII - propor e deliberar sobre proposta de alteração estatutária a ser encaminhada para a Assembleia Geral;

XXIV - deliberar sobre proposta do Conselho Gestor relativa a contribuições sociais e taxas de manutenção, bem como joias e outras taxas, e sobre emissão de novos títulos patrimoniais e respectivos valores, exceto as previstas no art. 77, inciso VII;

XXV - deliberar, previamente, quanto a ato de gestão que implique antecipação de receita do VITÓRIA por período que ultrapasse a data do fim do mandato do Conselho Gestor, mediante parecer do Conselho Fiscal;

XXVI - deliberar sobre qualquer transação imobiliária ou imposição de qualquer gravame real, mediante parecer do Conselho Fiscal;

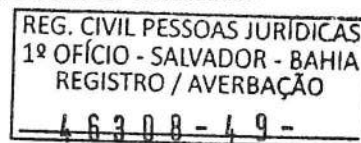
XXVII - deliberar, preliminarmente, sobre a Moção de Desconfiança;

XXVIII - decidir sobre a integração de marcos relativos às conquistas desportivas nos escudos do VITÓRIA;

XXIX - gerir e preservar as informações do livro de registro de sócios, em conjunto com os Conselhos Gestor e Fiscal;

-28/12/23

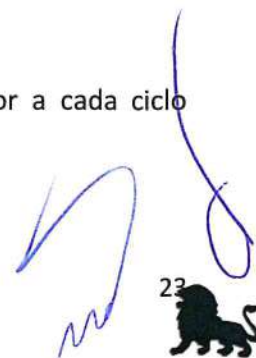
XXX - receber a comunicação da nomeação dos membros do Conselho Gestor;



XXXI - referendar decisões do Conselho Gestor sobre casos omissos neste Estatuto;

XXXII - fixar os honorários do Presidente e do Vice-presidente do Conselho Gestor a cada ciclo orçamentário, observados, os limites estabelecidos neste Estatuto.

Art. 54. Compete à Mesa Diretora:



I - manter atualizada a relação de Conselheiros, controlando as presenças nas reuniões, as justificativas de ausências e as adimplências;

II - elaborar e dar publicidade no Site Oficial de todas as atas de reuniões do Conselho Deliberativo e da Assembleia Geral, as decisões do Conselho Deliberativo e do seu Presidente, bem como de todas as informações de interesse dos sócios, no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis;

III - requerer dos órgãos responsáveis as informações que entender necessárias.

Art. 55. Compete ao Presidente do Conselho Deliberativo:

I - convocar o Conselho Deliberativo e presidir suas reuniões;

II - convocar e presidir a Assembleia Geral;

III - fazer cumprir o Estatuto, o Regimento Interno e as deliberações do Conselho Deliberativo;

IV - colocar em pauta em reunião subsequente quaisquer requerimentos de membros do órgão;

V - nomear membros de Comissões Permanentes e Especiais do órgão;

VI - solicitar, por si ou a requerimento de Conselheiros, parecer do Conselho Fiscal;

VII - convocar seus membros para prestar esclarecimentos sobre questões previamente informadas;

VIII - entregar a Comenda Artêmio Valente;

IX - apresentar, semestralmente, relatório das suas atividades e gastos;

X - assinar a correspondência nos casos de suas atribuições;

XI - representar o órgão em solenidades e atos oficiais e no que tange às relações com terceiros;

XII - constituir Comissão de Inquérito, dentre seus membros, para apurar responsabilidade de membros de qualquer órgão do VITÓRIA, por requerimento de 50 (cinquenta) dos seus membros;

XIII - incluir imediatamente em pauta e seguir o rito da Moção de Desconfiança;


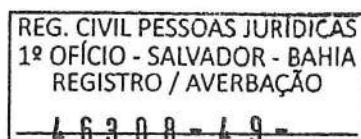
XIV - propor alteração estatutária;

XV - apresentar em janeiro de cada ano o calendário de reuniões ordinárias.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho Deliberativo poderá reagendar reuniões ordinárias sob aprovação prévia do colegiado ou, por força maior, por ato individual.

Art. 56. Compete ao 1º e ao 2º Vice-presidente do Conselho Deliberativo:

-28/12/23



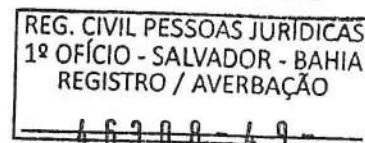


I - suceder, em caráter sucessivo, o Presidente em caso de vacância;

II - substituir, em caráter sucessivo, o Presidente em suas ausências, omissões, impedimentos e licenças;

III - auxiliar o Presidente nas suas atividades.

- 28/12/23



### **Subseção I - Comissões Permanentes**

Art. 57. De caráter consultivo e propositivo, as Comissões Permanentes poderão examinar, acompanhar, fiscalizar, avaliar, opinar, sistematizar, propor e organizar demandas e questões pertinentes às respectivas áreas de atuação.

§ 1º O funcionamento das Comissões será regulado pelo Regimento Interno do Conselho Deliberativo, e somente Conselheiros e associados poderão participar.

§ 2º A composição das Comissões deve obedecer a critérios técnicos, com análise da formação, do currículo e do nível de conhecimento do voluntário, seja ele Conselheiro ou sócio.

### **Subseção II - Moção de Desconfiança**

Art. 58. Caso haja descumprimento, sem apresentação de justificativas razoáveis das metas do plano de gestão, os membros do Conselho Deliberativo, por sua maioria, ainda no ano do exercício em questão, poderão apresentar, formalmente, proposta de Moção de Desconfiança.

Parágrafo único. A Moção de Desconfiança poderá ser requerida somente uma vez por exercício.

Art. 59. O rito da Moção de Desconfiança será iniciado pelo requerimento de 1/3 (um terço) dos membros do Conselho Deliberativo endereçado ao seu Presidente, com indicação precisa e individualizada dos itens do Plano de Gestão não cumpridos pelo Conselho Gestor, o qual será submetido ao colegiado e aprovado pelo voto de maioria absoluta dos seus membros.

Art. 60. Instaurado o procedimento, o Presidente do Conselho Deliberativo deverá, no prazo de 03 (três) dias úteis, notificar o Presidente do Conselho Gestor para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, exercer sua defesa, justificando as razões para o descumprimento do Plano de Gestão ou comprovando o seu efetivo cumprimento.

Parágrafo único. Apresentada a defesa, os autos serão encaminhados, ao Conselho Fiscal para emissão de parecer em até 10 (dez) dias úteis.

Art. 61. Após os prazos da defesa e dos pareceres, o Presidente do Conselho Deliberativo deverá convocar reunião em até 05 (cinco) dias úteis para votá-los.

Art. 62. A rejeição da defesa pelo voto de 2/3 (dois terços) do Conselho Deliberativo incidirá na convocação da Assembleia Geral em até 15 (quinze) dias úteis para deliberar sobre a destituição dos membros do Conselho Gestor, enquanto a aceitação findará o processo com o seu arquivamento.



## Seção VI - Reuniões

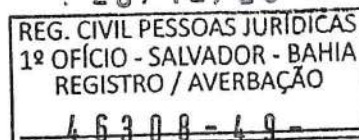
Art. 63. O Conselho Deliberativo reunir-se-á:

I - ordinariamente:

- a) uma vez a cada trimestre, com observância do calendário fixado pelo seu Presidente, já computadas as reuniões previstas nas alíneas "b" e "c" deste inciso, para tomar conhecimento das atividades administrativas do VITÓRIA;
- b) na segunda quinzena de dezembro de cada ano, a fim de conhecer o Plano de Gestão e votar a proposta orçamentária para o exercício seguinte;
- c) na primeira quinzena de abril de cada ano, para apreciar o Relatório Anual do Conselho Gestor e julgar as contas do exercício anterior;
- d) nos meses de maio, agosto e novembro para, respectivamente, exame do balancete do primeiro, segundo e terceiro trimestres, sendo que o balancete do quarto trimestre será examinado na mesma sessão de julgamento das contas do exercício anterior.

II - extraordinariamente:

- a) quando seu Presidente julgar necessário;
- b) para julgar recursos ou deliberar sobre matéria com prazo processual definido neste Estatuto;
- c) para eleger e empossar membros da Mesa Diretora e do Conselho de Ética em casos de vacância;
- d) por requerimento de 1/3 (um terço) dos membros do Conselho Deliberativo, em dia com suas obrigações;
- e) por requerimento dos sócios;
- f) por solicitação do Conselho Fiscal.



§ 1º Caso o Presidente do Conselho Deliberativo não promova, injustificadamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a convocação poderá ser feita pelos 03 (três) primeiros subscritores do requerimento, protocolando o original assinado por todos os requerentes na Secretaria do VITÓRIA.

§ 2º Em caso de vacância de qualquer cargo da Mesa Diretora, o Presidente convocará reunião em até 20 (vinte) dias úteis do fato, com fim específico de eleger o novo ocupante do cargo.

Art. 64. Ausente o Presidente e os seus substitutos legais, as reuniões serão abertas e presididas por um dos Conselheiros presentes, prevalecendo a antiguidade no quadro de sócios do VITÓRIA.

Art. 65. Nas reuniões do Conselho Deliberativo, as deliberações serão exclusivamente sobre as matérias constantes na ordem do dia.

Art. 66. As reuniões do Conselho Deliberativo serão convocadas pelo seu Presidente com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos ou, em casos excepcionais e de natureza inadiável, de 48 (quarenta e oito) horas, através de edital afixado na Secretaria do VITÓRIA, publicado no Site Oficial e enviado por e-mail a todos os membros, constando, obrigatoriamente, a ordem do dia.

### Seção VII - Penalidades

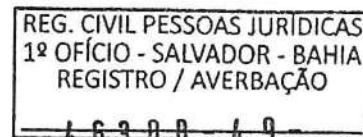
Art. 67. Além das razões elencadas na Seção III do Capítulo I do Título III, ficará sujeito à perda do cargo ou mandato até a eleição ordinária subsequente, o Conselheiro eleito que faltar a 03 (três) reuniões consecutivas, ou seis intercaladas, a exceção de ausências por motivo de viagem, motivação religiosa, por motivo de saúde pessoal ou de familiar, participação em júri popular, e doação de sangue, desde que devidamente comprovadas.

Parágrafo Único. Quaisquer outras justificativas, não inseridas no artigo, deverão ser submetidas a análise do Conselho de Ética, no prazo de até 10 (dez) dias da notificação decorrente da ausência ensejadora do afastamento, cabendo recurso da decisão ao Conselho Deliberativo.

## CAPÍTULO IV DO CONSELHO GESTOR

### Seção I - Constituição

-28/12/23



Art. 68. O Conselho Gestor é o órgão responsável pela administração e direção do VITÓRIA.

### Seção II - Composição

Art. 69. O Conselho Gestor é composto por até 09 (nove) membros, sendo eleitos Presidente e Vice-presidente pela Assembleia Geral e os demais, nomeados pelo presidente, no mínimo de 03 (três) e no máximo de 07 (sete) Diretores, de acordo com planejamento organizacional elaborado pela gestão.

### Seção III - Mandato

Art. 70. É de 03 (três) anos o mandato do Presidente e do Vice-presidente do Conselho Gestor, admitida uma única reeleição para o mesmo cargo.

§ 1º Terão as seguintes resoluções os casos de vacância por renúncia, destituição, morte ou impedimento definitivo, dos cargos:

I - de Presidente, antes de completar 4/6 (quatro sextos) do mandato: o Vice-presidente assumirá interinamente as funções e a Assembleia Geral será convocada para eleger o novo Presidente;

II - de Presidente e de Vice-presidente, ao mesmo tempo, antes de completar 4/6 (quatro sextos) do mandato: o Presidente do Conselho Deliberativo assumirá interinamente as funções e convocará a Assembleia Geral para eleger o novo Presidente;



III - de Presidente, a partir de completados 4/6 (quatro sextos) do mandato: o Vice-presidente assumirá as funções definitivamente;

IV - de Presidente e de Vice-presidente, ao mesmo tempo, a partir de completados 4/6 (quatro sextos) do mandato: o Presidente do Conselho Deliberativo assumirá as funções definitivamente.

§ 2º Na vacância do cargo de Presidente do Conselho Gestor, quando da necessidade de ocupação interina ou definitiva após renúncias do Vice-presidente do órgão e do Presidente do Conselho Deliberativo, assumirão sucessivamente o 1º Vice-presidente do Conselho Deliberativo, o 2º Vice-presidente do Conselho Deliberativo, o Presidente do Conselho Fiscal, o Vice-presidente do Conselho Fiscal, os Conselheiros eleitos por ordem do que tiver maior tempo de associação ao que tiver menor tempo.

#### Seção IV - Exercício

- 28/12/23

REG. CIVIL PESSOAS JURÍDICAS  
1º OFÍCIO - SALVADOR - BAHIA  
REGISTRO / AVERBAÇÃO  
46308-49-

Art. 71. O funcionamento do Conselho Gestor será regulado pelo seu Regimento Interno.

Art. 72. Sem prejuízo das responsabilidades concernentes aos membros do Conselho Gestor, o Presidente é o responsável pela administração do VITÓRIA.

Parágrafo único. A Administração do VITÓRIA deve seguir os princípios da responsabilidade social, fiscal e financeira, da alternância de função, da vedação ao nepotismo, da gestão profissionalizada e da transparência financeira e administrativa.

Art. 73. Para o exercício da função de Presidente e de Vice-presidente os valores máximos da remuneração, serão correspondentes a 100% (cem por cento) e 60% (sessenta por cento), respectivamente, do teto estabelecido para remuneração dos servidores públicos federais, não computada, para tal fim, verba de representação.

Art. 74. Os eleitos para os cargos de Presidente e Vice-presidente do Conselho Gestor e os Diretores anexarão suas Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física do último exercício, com o recibo de entrega à Receita Federal, no respectivo termo de posse, e apresentarão as futuras declarações anuais ao longo do mandato, em até 15 (quinze) dias úteis após o prazo de entrega à Receita Federal, inclusive ao final deste.

Art. 75. Os membros do Conselho Gestor deverão abster-se de votar qualquer matéria em que tenham interesse conflitante com o do VITÓRIA ou que possa beneficiá-los de maneira particular, dando ciência aos demais, sob pena de ineficácia do voto.

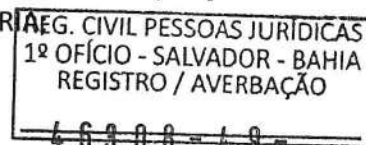
Art. 76. O membro do Conselho Gestor que formalizar pedido de registro de candidatura junto à Justiça Eleitoral será imediata e definitivamente afastado das suas funções no VITÓRIA, mesmo se estiver em período de licença.

#### Seção V - Competências

Art. 77. Compete ao Conselho Gestor:



- I - fortalecer e preservar a imagem institucional do VITÓRIA;
- II - definir as estratégias da administração e diretrizes corporativas, estabelecer metas, indicadores e critérios para o controle e aprovação do desempenho corporativo e zelar pelos seus cumprimentos;
- III - elaborar proposta orçamentária anual, de abertura de crédito especial e de suplementação orçamentária, acompanhada das notas explicativas e tendo em vista os recursos de compensação, e encaminhá-las ao Conselho Fiscal e ao Conselho Deliberativo;
- IV - aprovar os programas e investimentos considerando os riscos e os retornos esperados;
- V - apresentar ao Conselho Fiscal e ao Conselho Deliberativo, relatório trimestral juntamente com a documentação do balanço de encerramento do exercício, com antecedência de no mínimo 5 (cinco) dias úteis da reunião agendada pelo respectivos Conselhos;
- VI - resolver casos urgentes, omissos neste Estatuto e nos demais Instrumentos Normativos do VITÓRIA, solicitando referendo do Conselho Deliberativo em até 10 (dez) dias úteis;
- VII - fixar o valor das taxas de inscrição e contribuições imputáveis aos sócios;
- VIII - decidir sobre a utilização das dependências do VITÓRIA para projetos esportivos, culturais ou sociais voltados à comunidade, zelando para que essas atividades não prejudiquem a rotinas;
- IX - propor ao Conselho Deliberativo a concessão da Comenda Artêmio Valente;
- X - divulgar nos seus canais de comunicação oficiais a participação e o desempenho em competições das equipes profissionais e amadoras dos diversos esportes praticados pelo VITÓRIA;
- XI - revisar anualmente o Planejamento Estratégico; -28/12/23
- XII - contratar empresa de Auditoria Independente de comprovada experiência e reputação ilibada, sob aprovação do Conselho Fiscal;
- XIII - assegurar condições de instalação, funcionamento e independência ao Conselho Fiscal na Sede Administrativa;
- XIV - enviar anualmente ao Conselho Fiscal o balanço geral das contas do exercício anterior, acompanhado de relatório e parecer de Auditoria Independente, até o fim do segundo mês do encerramento do exercício;
- XV - disponibilizar aos Conselhos Deliberativo e Fiscal, sempre que solicitado, até o último dia do mês seguinte, os seguintes documentos:
  - a) relação de Contratos e Rescisões de Contrato de Trabalho assinados no mês anterior;
  - b) relação de Contratos e Rescisões de Contratos de Pessoa Jurídica assinados no mês anterior, informando data, partes, nome, CNPJ, objeto e valor global;





- c) balancetes, Demonstrativos Contábeis, Diário e Razão do mês anterior;
- d) folha Global de Pessoal por Setor do mês anterior;
- e) demonstrativo Analítico de Execução Orçamentária do mês anterior;
- f) extrato das contas bancárias e de investimentos do mês anterior.

XVI - oportunizar acesso dos sócios a todos os dados financeiros e contábeis, preservadas as informações estratégicas e os sigilos fiscal, contratual e decorrente do direito constitucional à privacidade, inclusive o último balanço contábil, após apreciado pelo Conselho Deliberativo, publicando-os em seção específica e de fácil visibilidade no Site Oficial;

XVII - publicar a relação dos sócios no Site Oficial, com observância dos artigos 101 e 161;

XVIII - apreciar requerimento do sócio de suspensão temporária da sua condição por incapacidade física ou mental;

XIX - elaborar e aprovar seu Regimento Interno, o Manual de Identidade Visual e Sonora, o Manual do Colaborador e o Regulamento Geral do VITÓRIA;

XX - gerir e preservar as informações do Livro de Registro de sócios, em conjunto com os Conselhos Deliberativo e Fiscal;

XXI - expedir a Identificação Social;

XXII - proporcionar as condições técnicas para garantir a inviolabilidade, o sigilo, a autenticidade e a segurança do voto unitário via internet nas eleições do VITÓRIA.

Art. 78. Compete ao Presidente do Conselho Gestor:

I - criar e extinguir Diretorias e nomear e exonerar os Diretores Estatutários;

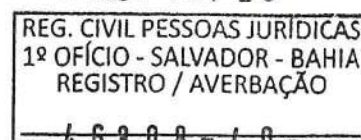
II - representar o VITÓRIA nos atos da sua vida civil, jurídica, desportiva e social, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, bem como constituir procuradores ou mandatários;

III - estabelecer o programa de trabalho do Conselho Gestor, organizando, coordenando e supervisionando a agenda e as atividades do órgão e presidindo suas reuniões;

IV - solicitar ao Presidente do Conselho Deliberativo a sua convocação e da Assembleia Geral;

V - decidir e executar questões de natureza ordinária e rotineiras do VITÓRIA;

VI - resolver casos urgentes, omissos neste Estatuto e nos demais Instrumentos Normativos do VITÓRIA, informando imediatamente aos demais membros do Conselho Gestor e solicitando referendo do Conselho Deliberativo;



VII - fiscalizar o cumprimento do orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo, vedada a antecipação de receitas que ultrapassem o período de seu mandato, salvo se aprovado expressamente pelo Conselho Deliberativo, com parecer do Conselho Fiscal, ressalvadas as hipóteses previstas em lei;

VIII - autorizar o pagamento de despesas inadiáveis, não previstas no orçamento, não podendo ultrapassar o valor de 20% (vinte por cento) do orçamento, mediante parecer favorável do Conselho Fiscal, referendado pelo Conselho Deliberativo, cuja convocação será solicitada no prazo de 10 (dez) dias corridos da autorização, para julgamento da decisão tomada;

IX - assinar, em conjunto com o Diretor responsável pela área Financeira, preferencialmente por meio eletrônico, documentos que signifiquem encargos financeiros ou relacionados aos bens do VITÓRIA, respeitados os limites orçamentários, facultada a outorga de procuração a outros membros do órgão na emissão de cheques, duplicatas, notas promissórias, outros títulos de crédito e nos contratos firmados;

X - entregar previamente e apresentar, em abril de cada ano, o Relatório Anual do VITÓRIA, com exposição fiel da evolução das atividades do VITÓRIA, constando com exatidão as alterações patrimoniais, a evolução da estrutura dos custos e proveitos e as metas atingidas e não atingidas, devendo ser acompanhado de parecer específico de empresa de Auditoria Independente;

XI - conceder a Comenda Raimundo Rocha Pires;

XII - propor alteração estatutária;

XIII - conferir e revogar o título de sócio ídolo;

XIV - manifestar-se em nome do Conselho Gestor nas reuniões do Conselho Deliberativo e autorizar membro do órgão a manifestar-se em nome deste;

XV - entregar o Plano de Gestão completo ao Presidente do Conselho Deliberativo até 20 (vinte) dias úteis após a posse;

XVI - elaborar e disseminar as práticas de transparência do VITÓRIA;

XVII - aplicar penalidades aos sócios infratores das disposições passíveis de punição.

Art. 79. Compete ao Vice-presidente do Conselho Gestor:

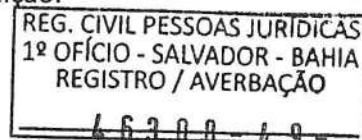
I - substituir o Presidente em suas omissões, impedimentos e licenças;

II - suceder o Presidente em caso de vacância na forma do Estatuto;

III - dar assistência ao Presidente nos assuntos e atividades do VITÓRIA;

IV - exercer as demais competências atribuídas no Regimento Interno do Conselho Gestor.

Art. 80. Compete aos Diretores:

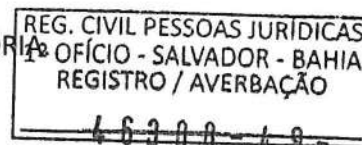




- I - seguir e fazer cumprir as diretrizes de longo prazo estabelecidas pelo Conselho Gestor;
- II - realizar a gestão da sua área de atuação para atingir as metas os indicadores apontados pelo Conselho Gestor, bem como orientar, controlar e fiscalizar a atuação dos seus subordinados;
- III - participar das decisões estratégicas envolvendo sua área de atuação, pautadas em alcançar o disposto no Planejamento Estratégico do VITÓRIA;
- IV - promover a formação de novas lideranças;
- V - promover inovação, verificada sua sustentabilidade;
- VI - promover a integração de todas as áreas do VITÓRIA, cumprindo o preceito de transparência;
- VII - entregar imediatamente ao Presidente do Conselho Gestor, encerrado o ano social, a explanação detalhada das atividades da sua Diretoria;
- VIII - reportar sempre suas ações ao Presidente do Conselho Gestor e prestar informações aos demais membros quando solicitado;
- IX - cumprir as demais atribuições definidas pelos Instrumentos Normativos do VITÓRIA

- 28/12/2

#### Seção VI - Penalidades



Art. 81. Além das razões elencadas na Seção III do Capítulo I do Título III, perderá o mandato ou cargo o membro do Conselho Gestor que:

- I - omitir-se ou recusar-se a entregar a Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física anual ou falsear as informações;
- II - ter acarretado, por ação ou omissão, prejuízo ao patrimônio ou à imagem do VITÓRIA, entendendo-se como tal no mínimo, mas não exclusivamente, derivado de conduta dolosa, ilícita e decorrente de situação extraordinária ao universo do futebol;
- III - ter praticado ato de gestão irregular ou temerária, nos termos da Lei Federal nº 13.155/2015;
- IV - adotar prática sistemática e deliberada de sonegação de tributos ou de apropriação indébita previdenciária e condutas tipificadas como crimes contra a ordem tributária, na forma da lei;
- V - desrespeitar o orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo;
- VI - ter sido condenado por crime infamante, com decisão transitada em julgado.

#### Subseção I - Procedimento de Destituição

Art. 82. O processo para destituição do Presidente e do Vice-presidente do Conselho Gestor seguirá o rito:

I - recebido o requerimento, o Presidente do Conselho Deliberativo deverá realizar juízo de admissibilidade, em até 12 (doze) dias úteis, com análise da fundamentação, decidindo sobre a instauração de processo apuratório, referendada pelo colegiado na reunião subsequente;

II - da decisão que inadmitir a instauração de processo apuratório, caberá recurso do sócio representante ou de 1/5 (um quinto) dos membros do Conselho Deliberativo ao colegiado, que decidirá em até 25 (vinte e cinco) dias úteis, em única e última instância;

III - da decisão que admitir a instauração de processo apuratório, o Conselho Deliberativo será convocado e o seu Presidente constituirá Comissão Processante com 05 (cinco) membros do colegiado, à qual será incumbida da instrução do procedimento e da emissão de parecer final sobre o requerimento em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, prorrogáveis por mais 20 (vinte);

IV - a Comissão Processante dará ciência do parecer ao Presidente do Conselho Gestor em até 48 (quarenta e oito) horas do seu recebimento, devendo recolher assinatura do protocolo de recebimento ou atestar recusa ou ausência superior a 05 (cinco) dias corridos;

V - o Presidente do Conselho Gestor terá 8 (oito) dias úteis, a partir do recebimento do expediente, para apresentar à Comissão Processante sua defesa e as provas que pretende produzir;

VI - esgotado o prazo para defesa, a Comissão Processante emitirá parecer que entregará ao Presidente do Conselho Deliberativo em até 05 (cinco) dias úteis;

VII - na reunião do Conselho Deliberativo especialmente convocada para julgamento do pedido de destituição, a Comissão Processante fará a sustentação do parecer e, em seguida, o Presidente do Conselho Gestor fará a defesa, ambos dispondo do mesmo tempo;

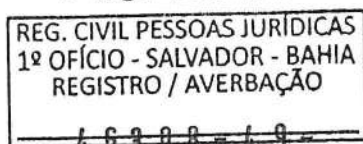
VIII - será aprovado o encaminhamento do processo para a Assembleia Geral pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, devendo ser convocada em até 15 (quinze) dias úteis;

IX - na reunião da Assembleia Geral especialmente convocada para julgamento do pedido de destituição, a Comissão Processante fará a sustentação do parecer e, em seguida, o Presidente do Conselho Gestor fará a defesa, ambos dispondo do mesmo tempo;

X - aprovada a destituição, o Presidente perderá o mandato imediatamente, ficando automaticamente inelegível de 7 (sete) anos a permanentemente, período a ser definido no bojo da decisão.

Parágrafo único. Em caso de rejeição da prestação de contas do Conselho Gestor, o Conselho Deliberativo deverá de ofício instituir a Comissão Processante para verificação de prática de gestão irregular ou temerária dos gestores e dirigentes, dispensado o prévio juízo de admissibilidade.

-28/12/23



## **CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL**

### **Seção I - Constituição**



Art. 83. O Conselho Fiscal é órgão autônomo de acompanhamento e fiscalização das contas e atos do Conselho Gestor.

### Seção II - Composição

Art. 84. O Conselho Fiscal é composto por 09 (nove) membros, todos efetivos, eleitos pela Assembleia Geral, dentre eles o Presidente e o Vice-presidente.

### Seção III - Mandato

Art. 85. É de 03 (três) anos o mandato dos membros do Conselho Fiscal, admitida uma única reeleição.

### Seção IV - Exercício

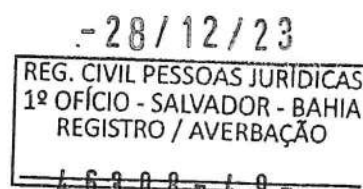
Art. 86. O funcionamento do Conselho Fiscal será regulado pelo seu Regimento Interno.

Art. 87. O Conselho Fiscal será solidariamente responsável se, apurada irregularidade na gestão financeira do VITÓRIA, não denunciar o fato imediatamente.

### Seção V - Competências

Art. 88. Compete ao Conselho Fiscal:

- I - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
- II - ter acesso a quaisquer documentos do VITÓRIA em até 03 (três) dias úteis;
- III - emitir parecer trimestral sobre o movimento e os comprovantes de Tesouraria, livros, documentos e balancetes;
- IV - sugerir normas de controle interno, orçamentário, financeiro, patrimonial, de gestão e de transparência, a serem implementadas pelo Conselho Gestor;
- V - emitir parecer sobre as propostas orçamentárias, de abertura de créditos especiais e suplementares, tendo em vista os recursos de compensação, e de pagamento de despesas inadmissíveis não previstas;
- VI - emitir parecer sobre a execução orçamentária e atos de gestão;
- VII - emitir parecer da Contabilidade e do Balanço Anual, sobre a situação econômica, financeira e administrativa no exercício findo, com as informações necessárias para a apreciação das contas;
- VIII - emitir parecer sobre operação financeira, assinatura de contrato ou antecipação de receita cujos vencimentos ultrapassem o mandato vigente, com observância do disposto na legislação vigente;



IX - opinar, quando solicitado, sobre a matéria que envolva transação imobiliária ou imposição de qualquer gravame real;

X - comunicar imediatamente ao Conselho Deliberativo constatação de irregularidade grave, erro administrativo ou qualquer violação da lei ou deste Estatuto;

XI - fiscalizar o cumprimento da legislação esportiva;

XII - solicitar ao Presidente do Conselho Deliberativo a sua convocação, por motivo grave, a requerimento da maioria absoluta dos seus membros efetivos;

XIII - preservar as informações do Livro de Registro de sócios, em conjunto com os Conselhos Deliberativo e Gestor;

XIV - apresentar sugestões ao Planejamento Estratégico;

XV - apresentar manifestação sobre contratação de Auditoria Independente pelo Conselho Gestor;

XVI - solicitar a contratação de Auditoria externa para apoiá-lo no desempenho de suas atividades.

§ 1º O parecer sobre as contas do Conselho Gestor deverá ser apresentado em até 7 (sete) dias úteis antes da reunião do Conselho Deliberativo para julgá-las.

§ 2º As demais manifestações escritas devem ser encaminhadas ao Conselho Deliberativo em até 05 (cinco) dias úteis antes da reunião de apreciação.

Art. 89. Compete ao Presidente do Conselho Fiscal:

I - coordenar os trabalhos do órgão;

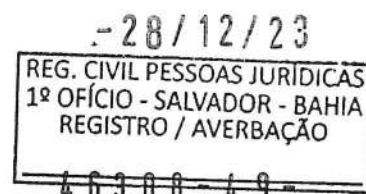
II - assinar os atos de ofício;

III - substituir, observando a linha sucessória, o Presidente da Assembleia Geral em suas ausências;

IV - solicitar ao Presidente do Conselho Deliberativo a sua convocação, por motivo urgente;

V - propor alteração estatutária;

VI - praticar atos da competência do Conselho Fiscal, em caso de impedimento ou vacância dos demais membros.



## Seção VI - Reuniões

Art. 90. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada três meses por convocação do seu Presidente, e extraordinariamente por solicitação de qualquer dos seus membros ou do Presidente do Conselho Deliberativo ou do Conselho Gestor.



## Seção VII - Penalidades

Art. 91. Além das razões elencadas na Seção III do Capítulo I do Título III, perderá o mandato o membro do Conselho Fiscal que faltar, sem justificativa razoável, a 03 (três) reuniões consecutivas, ou 06 (seis) intercaladas.

## CAPÍTULO VI DO CONSELHO DE ÉTICA

### Seção I - Constituição

Art. 92. O Conselho de Ética é o órgão responsável pela condução dos procedimentos ético-disciplinares nos limites da sua competência.

### Seção II - Composição

Art. 93. O Conselho de Ética é composto por 05 (cinco) membros efetivos e 03 (três) suplentes, eleitos pelo Conselho Deliberativo dentre seus membros.

### Seção III - Mandato

Art. 94. É de 03 (três) anos o mandato dos membros do Conselho de Ética, vedado ao Presidente e ao Vice-presidente mais de uma reeleição para o mesmo cargo.

Parágrafo único. Em caso vacância de 2 (dois) membros efetivos, inexistindo suplentes, será convocada eleição para os cargos efetivos e suplentes.

### Seção IV - Exercício

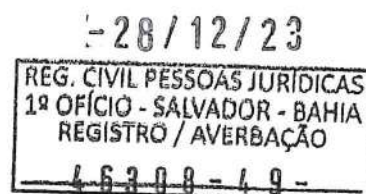
Art. 95. O funcionamento do Conselho de Ética será regulado pelo seu Regimento Interno.

Art. 96. Os membros do Conselho de Ética ficam impedidos de votar em matérias de competência disciplinar do Conselho Deliberativo.

### Seção V - Competências

Art. 97. Compete ao Conselho de Ética:

- I - elaborar seu Regimento Interno e o Código de Ética e Disciplina;
- II - divulgar, orientar e supervisionar a observância do Estatuto e dos Regimentos Internos;
- III - instaurar, de ofício ou mediante representação, procedimento disciplinar sobre ato que possa configurar descumprimento do Estatuto, de instrumentos normativos ou de leis;
- IV - apurar condutas de membros de órgãos e sócios do VITÓRIA e emitir parecer em relação aos processos ético-disciplinares.



Art. 98. Compete ao Presidente do Conselho de Ética:

- I - coordenar os trabalhos do órgão;
- II - organizar os documentos e registros;
- III - assinar os atos de ofício;
- IV - designar um membro do órgão para ser relator de cada procedimento;
- V - no exercício de suas funções, requisitar informações a todos os órgãos do VITÓRIA.

Parágrafo único. As informações requisitadas pelo Conselho de Ética aos demais órgãos devem ser prestadas em até 7 (sete) dias úteis, salvo justificativa razoável para exceder o prazo.

#### Seção VI - Reuniões

Art. 99. O Conselho de Ética reunir-se-á por convocação do seu Presidente ou da maioria dos seus membros.

### TÍTULO IV DO PROCESSO ELEITORAL

#### CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES

##### Seção I - Periodicidade e Duração

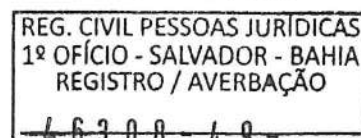
Art. 100. As eleições ordinárias processar-se-ão trienalmente, na primeira quinzena de dezembro, programadas estas e as extraordinárias preferencialmente em sábado ou domingo e evitando feriados, pontos facultativos e seus prolongamentos, estendendo a votação por no mínimo 10 (dez) horas, sem interrupções, e, no máximo, até às 20 (vinte) horas, para escolha dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e do Presidente e Vice-presidente do Conselho Gestor.

##### Seção II - Calendário Eleitoral

Art. 101. As eleições do VITÓRIA obedecerão ao seguinte cronograma:

Nº	FASES	PRAZOS
01	Nomeação da Comissão Eleitoral	60 dias antes das eleições
02	Publicação do Regimento Eleitoral	
03	Publicação do Edital de Convocação	
04	Publicação da lista completa de sócios	até 15 dias após
05	Publicação do Edital de Convocação em periódico	até 5 dias após
06	Publicação do Edital de Convocação em periódico	até 5 dias após

28/12/23





07	Registro de chapas	até 10 dias após
08	Publicação das chapas registradas	até 1 dia após
09	Impugnações	até 2 dias após
10	Notificação das chapas sobre impugnações	até 1 dia após
11	Defesa das impugnações	até 2 dias após
12	Resolução da C. Eleitoral sobre impugnações	até 2 dias após
13	Sorteio dos números das chapas	até 1 dia após
14	Publicação dos sócios aptos a votar	até 1 dia após
15	Votação e proclamação dos vencedores	
16	Posse dos eleitos	imediata

§ 1º Os prazos são contados em dias corridos, com parâmetro na fase imediatamente anterior.

§ 2º A lista de sócios referida no item "04" deverá ser publicada no Site Oficial e afixada na Sede Administrativa, identificando os aptos a votar, e, de forma privada, para representantes de chapas, a mesma lista acrescida dos e-mails dos aptos, desde que devidamente autorizado pelo sócio, em observância ao Direito a Privacidade, inserido no artigo 5º, inciso X da Constituição Federal e artigo 2º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

### Seção III - Comissão Eleitoral

Art. 102. O processo eleitoral será conduzido por uma Comissão Eleitoral, presidida pelo Presidente do Conselho Deliberativo, que indicará os outros 04 (quatro) membros dentre os sócios sem mandato ou cargo no VITÓRIA, homologados pelo Conselho Deliberativo.

Parágrafo único. Pretendendo o Presidente do Conselho Deliberativo concorrer a qualquer cargo eletivo, as funções na Comissão Eleitoral caberão sucessivamente ao seu Vice-presidente e ao Conselheiro de maior tempo de associação, dentre os que não estejam exercendo ou postulando qualquer cargo.

Art. 103. Compete à Comissão Eleitoral:

I - elaborar e aprovar o Regimento Eleitoral;

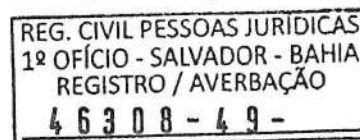
II - resolver incidentes, consultas ou reclamações que venham a surgir durante o processo eleitoral;

III - deferir, indeferir e homologar candidaturas;

IV - presidir e controlar o exercício do voto de forma a garantir a máxima segurança do processo;

V - designar servidores do VITÓRIA para colaborar para o bom andamento do processo;

VI - autorizar, credenciar e controlar as atividades dos fiscais de votação, dos escrutinadores, dos representantes de chapas e de quem mais atuar no processo eleitoral;



VII - realizar a contagem dos votos;

VIII - redigir e assinar a ata de votação, especificando o total de sócios com direito a voto, dos sócios votantes, dos votos válidos para cada candidatura, dos votos em branco e nulos, a descrição dos incidentes relevantes durante o processo, a transcrição das reclamações registradas, das resoluções e das medidas adotadas para a realização das eleições em conformidade com o Estatuto; IX - publicar os resultados das eleições.

#### **Seção IV - Edital de Convocação**

Art. 104. A Assembleia Geral com fins eleitorais será convocada por edital afixado na Sede Administrativa, publicado no Site Oficial e 02 (duas) vezes em jornal local diário de grande circulação.

Art. 105. O Edital de Convocação deverá conter as seguintes informações:

- I - composição da Comissão Eleitoral e formas de contato;
- II - vagas em disputa e número de candidatos a apresentar;
- III - data de expiração dos mandatos aos quais estão abertas as disputas;
- IV - condições de elegibilidade e aptidão ao voto;
- V - datas do calendário eleitoral, com horários e locais, no que couber;
- VI - formas de votação e habilitação, se aplicável.

#### **Seção V - Elegibilidade e Inelegibilidade**

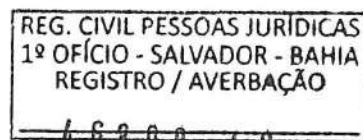
Art. 106. Para candidatura aos órgãos do VITÓRIA, são pré-requisitos comuns:

- I - achar-se em pleno gozo dos seus direitos sociais e políticos;
- II - ser brasileiro nato ou naturalizado;
- III - estar quite com as obrigações sociais e qualquer débito que veio a ter com o VITÓRIA.

Art. 107. Para candidatura aos cargos de Presidente e Vice-presidente dos Conselhos Deliberativo e Gestor, a membro dos Conselhos Fiscal e de Ética, são pré-requisitos comuns:

- I - ser sócio há pelo menos 36 (trinta e seis) meses consecutivos;
- II - ser residente e domiciliado no Estado da Bahia;
- III - ser maior de 30 (trinta) anos;

- 28 / 12 / 23





IV - não ter sofrido suspensão, na qualidade de sócio, nos 03 (três) anos anteriores à data do pleito, salvo se relevada a pena;

V - não ser empregado ou empregador, cônjuge, padrasto, madrasta, enteado (a), ascendente e descendente em qualquer grau, ou colateral, até o terceiro grau, dos Presidentes e Vice-presidentes do Conselho Deliberativo e do Conselho Gestor.

Art. 108. São inelegíveis para mandato ou cargo em qualquer órgão do VITÓRIA:

I - os analfabetos;

II - os que ocupem cargo, mandato ou função em entidade de prática de futebol profissional;

III - os arrendatários do VITÓRIA ou que exerçam atividade remunerada nas suas dependências;

IV - os que recebam do VITÓRIA qualquer tipo de remuneração, seja como prestadores de serviços, funcionários assalariados, profissionais liberais ou empresários, exclusivamente para o Conselho Gestor e para o Conselho Fiscal;

V - os que tenham com o VITÓRIA qualquer tipo de relacionamento profissional, na condição de procuradores, empresários de atletas ou como sócios dos que exerçam essas atividades;

VI - os que reivindicam, sob qualquer justificativa, mesmo profissionalmente, interesses contrários aos do VITÓRIA ou representam terceiros em ações movidas contra o VITÓRIA, ressalvados os questionamentos quanto a decisões dos poderes;

VII - os que foram condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 7 (sete) anos após o cumprimento da pena, por crimes contra a economia popular, fé pública, a administração pública e o patrimônio público; contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; contra o meio ambiente e a saúde pública; eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; de redução à condição análoga à de escravo; contra a vida e a dignidade sexual e os praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

VIII - aqueles que não preencham os requisitos estabelecidos na Lei Complementar 135, de 4 de junho de 2010 - Lei da Ficha Limpa;

IX - em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro, os que tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, hajam exercido, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade;

X - os membros dos órgãos do VITÓRIA que estejam afastados dos seus cargos por decisão judicial, ainda que de natureza interlocutória;

- 28/12/23  
REG. CIVIL PESSOAS JURÍDICAS  
1º OFÍCIO - SALVADOR - BAHIA  
REGISTRO / AVERBAÇÃO  
46308-49-

XI - no exercício do cargo de Presidente do Conselho Gestor, os que não tenham dado cumprimento ao disposto no art. 46-A da Lei Federal nº 9.615/1998 ou a dispositivo semelhante em lei posterior;

XII - os ex-dirigentes do VITÓRIA cujas contas tenham sido rejeitadas por irregularidade insanável ou que tenham praticado atos enquadrados como gestão irregular ou temerária, previstos em lei, por decisão irreversível do órgão competente, com impedimento mínimo por 07 anos a partir da decisão;

XIII - os ex-administradores e ex-dirigentes que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão irreversível do órgão de fiscalização profissional competente em decorrência de infração ético-profissional, especificamente para os Conselhos Gestor e Fiscal e para Presidente e Vice-presidente do Conselhos Deliberativo.

§ 1º Aqueles que, no decorrer dos seus mandatos, se enquadrarem na hipótese prevista no inciso XIII terão o mandato suspenso enquanto perdurarem tais situações.

#### **Seção VI - Registro de Candidaturas**

Art. 109. As chapas serão inscritas via requerimento dirigido ao Presidente da Comissão Eleitoral e entregue na Sede Administrativa até as 18 (dezoito) horas da data prevista no Calendário Eleitoral, relacionando em ordem de precedência os que ocuparão as vagas conquistadas, assinado pelos 02 (dois) primeiros da lista, que serão os postulantes a Presidente e Vice-presidente do órgão pleiteado.

§ 1º No requerimento, além das exigências específicas de cada órgão, deverá constar:

I - denominação da chapa;

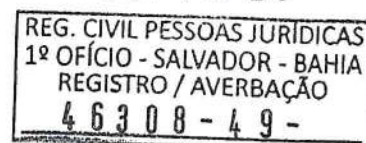
II - nome civil de todos os candidatos e respectivas assinaturas;

III - número e data de matrícula social;

IV - cópia do documento de identificação civil com foto;

V - cópia do CPF/MF.

- 28 / 12 / 23



§ 2º É vedado ao sócio integrar ou referendar mais de uma chapa ou concorrer a mais de uma vaga.

Art. 110. Ao fim dos registros de candidaturas, a Comissão Eleitoral publicará a composição das chapas registradas em sessão específica e de fácil visibilidade no Site Oficial e a afixará na Secretaria da Sede Administrativa.

Parágrafo único. O mesmo será feito após a homologação das chapas, disponibilizando a composição das chapas e os Planos de Gestão dos candidatos ao Conselho Gestor ao sócio apto a participar do pleito que solicitar pessoalmente na Secretaria.

#### **Seção VII - Impugnações**



Art. 111. Os pedidos de impugnação devem ser por escrito, feitos por quaisquer sócios aptos ao processo eleitoral e entregues à Comissão Eleitoral na Sede Administrativa ou enviados por e-mail a ela, cujo requerente deverá assegurar-se da entrega.

§ 1º Apresentada impugnação de chapa, esta será notificada na pessoa do candidato a Presidente, para que apresentem defesa.

§ 2º A chapa poderá optar por requerer a substituição dos nomes contestados no prazo para defesa.

§ 3º A Comissão Eleitoral poderá determinar diligências no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, decidindo depois, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre o pedido de impugnação.

Art. 112. Das decisões da Comissão Eleitoral, só caberão recursos para o mesmo órgão.

### Seção VIII - Propaganda Eleitoral

Art. 113. Por entendimento da Comissão Eleitoral, agindo de ofício ou mediante representação, e assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, perderá o registro a chapa ou o candidato que praticar, na sua propaganda eleitoral, os seguintes casos de abuso:

I - de poder econômico:

a) utilizar recursos patrimoniais em excesso, sob poder ou gestão do candidato, em seu benefício eleitoral ou de terceiros;

b) subsidiar ou quitar débitos de sócio, diretamente ou por terceiro, para captar voto;

c) manifestar opinião ou transmitir propaganda paga durante o Calendário Eleitoral.

II - de poder político:

a) usar função pública com a finalidade de obter votos para si ou para terceiro;

b) como ocupante de cargo no VITÓRIA, dificultar ou impedir o acesso às informações de direito pelos concorrentes.

III - dos meios de comunicação:

a) aproveitar-se de exposição em emissoras de rádio e televisão, internet e jornais de forma fraudulenta e desequilibrada em relação aos outros concorrentes.

### Seção IX - Voto

Art. 114. É vedado o voto por procuração ou representação.

Art. 115. A partir da abertura da Assembleia Geral para fins eleitorais, o sócio apto a votar não poderá ser punido com a perda ou suspensão do direito ao voto.

### Seção X - Votação

Art. 116. A votação será secreta por meio urna eletrônica e/ou de cédulas impressas, sem emendas ou rasuras, em envelopes iguais rubricados pelo Presidente da Assembleia Geral; e pela internet, quando possível, com transmissão de dados em tempo real, assegurada a capacidade técnica e operacional para garantir a inviolabilidade, o sigilo, a autenticidade e a segurança do voto unitário, e que permita aferição e auditoria ampla do processo de votação.

Art. 117. Cada sócio votará em uma única chapa para cada órgão com vagas em disputa.

### Seção XI - Apuração

Art. 118. O acompanhamento da apuração dos votos será assegurado aos candidatos e aos veículos de comunicação, na forma da lei.

### Seção XII - Resultados

Art. 119. Os resultados das eleições serão anunciados pelo Presidente da Assembleia Geral, publicados no Site Oficial, afixados na Secretaria do VITÓRIA e oficiados aos eleitos.

Art. 120. Havendo candidaturas aos Conselhos Deliberativo, Gestor e Fiscal em igual número ao de vagas em disputa, será dispensada a votação e proclamados eleitos os candidatos.

### Seção XIII - Posse

Art. 121. Os eleitos serão empossados imediatamente pelo Presidente da Assembleia Geral.

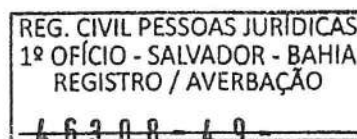
## CAPÍTULO II DAS ELEIÇÕES PARA O CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 122. A eleição para o Conselho Deliberativo processar-se-á através de chapas formadas por sócios que, além de atenderem às condições comuns de elegibilidade elencadas na Seção V do Capítulo I do Título IV, devem cumprir os seguintes pré-requisitos:

I - ser maior de 21 (vinte e um anos) anos;

II - ser sócio há pelo menos 18 (dezoito) meses consecutivos.

- 28 / 12 / 23



Art. 123. Poderão ser inscritas chapas com mínimo de 100 (cem) candidatos e o máximo previsto neste Estatuto para efetivos.

Parágrafo único. Se a chapa obtiver mais vagas do que o número de candidatos inscritos, as vagas residuais serão divididas entre as demais na proporção de cada quociente eleitoral.

Art. 124. Para que a chapa alcance representação deverá obter, no mínimo, 10% (dez por cento) do total dos votos válidos, não computados os brancos e nulos.



§ 1º O número de vagas a ser preenchido por cada chapa será obtido pela multiplicação da quantidade de vagas no Conselho pelo seu respectivo Quociente de Votação.

§ 2º O Quociente de Votação de cada chapa será calculado dividindo-se o número de votos obtidos pelo total de votos válidos, não sendo computados os brancos e nulos e os dados às chapas que não alcançarem a representatividade indicada no caput do artigo, desprezada a fração se menor que 0,5 (zero vírgula cinco) ou somado a 1 (um) se igual ou maior que 0,5 (zero vírgula cinco).

§ 3º Caso apenas uma única chapa atinja o quociente mínimo de 10% (dez por cento) dos votos válidos, o restante das vagas ao Conselho Deliberativo será distribuído proporcionalmente entre as demais chapas que atingirem percentual de votos igual ou superior a 5% (cinco por cento).

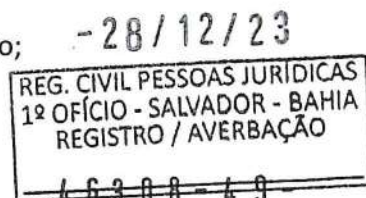
§ 4º Os candidatos que não forem alcançados pelo Quociente de Votação serão chamados para suprir vacâncias no Conselho, originárias de componentes da sua respectiva chapa.

Art. 125. O Presidente e o 1º Vice-presidente serão integrantes da chapa mais votada, enquanto o 2º Vice-presidente será o ocupante da primeira posição na segunda chapa mais votada.

Parágrafo único. Havendo empate entre as chapas mais votadas, os critérios para proclamar o Presidente e o 1º Vice-presidente serão, sucessivamente:

I - a chapa cujo candidato a Presidente tiver o maior tempo de associação;

II - a chapa cujo candidato a Presidente tiver mais idade.



### **CAPÍTULO III DAS ELEIÇÕES PARA O CONSELHO GESTOR**

Art. 126. A eleição para Presidente e Vice-presidente do Conselho Gestor processar-se-á através de chapas formadas por sócios que, além de atenderem às condições de elegibilidade elencadas na Seção V do Capítulo I do Título IV, devem cumprir os seguintes pré-requisitos:

I - apresentar certidões dos distribuidores cíveis, criminais, interdições e tutelas e da Fazenda Pública, Federal e Estadual;

II - apresentar as Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física do último exercício, com os respectivos recibos de entrega à Receita Federal;

III - entregar resumo do Plano de Gestão e estudo analítico do último balanço e do orçamento vigente;

IV - apresentar ficha de inscrição com o referendo de 100 (cem) sócios torcedores e/ou sócios patrimoniais com 18 (dezoito) meses consecutivos de associação e quites com suas obrigações sociais.

Art. 127. São inelegíveis para Presidente e Vice-presidente do Conselho Gestor:

I - os que estejam sob os efeitos de condenação criminal ou de medida cautelar restritiva;

II - Os que estejam exercendo ou se candidatando a cargo ou função incompatíveis com suas atribuições no clube, ou que, por exigência legal, demandem dedicação exclusiva, ou, ainda, cuja atuação obrigatoriamente ocorra fora de Salvador.

Art. 128. Concorrendo mais de duas chapas e nenhuma delas obtendo mais de 50% (cinquenta por cento) dos votos válidos, a Comissão Eleitoral organizará a realização do segundo turno de votação, do qual participarão apenas as duas chapas mais votadas.

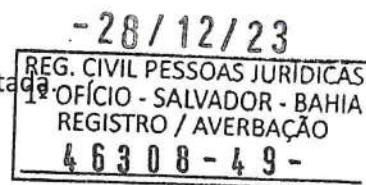
§ 1º O segundo turno será realizado 7 (sete) dias corridos após o primeiro, exceto se for feriado ou ponto facultativo e seus prolongamentos, quando será realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 2º Havendo empate no segundo turno, os critérios para desempate serão, sucessivamente:

I - a chapa mais votada no primeiro turno;

II - a chapa cujo candidato à Presidente tiver o maior tempo de associação.

Art. 129. O Presidente e o Vice-presidente serão os integrantes da chapa mais votada.



#### **CAPÍTULO IV DAS ELEIÇÕES PARA O CONSELHO FISCAL**

Art. 130. A eleição para o Conselho Fiscal processar-se-á através de chapas formadas por sócios que, além de atenderem às condições de elegibilidade elencadas na Seção V do Capítulo I do Título IV, devem cumprir os seguintes pré-requisitos:

I - ter conhecimento e experiência na área contábil, financeira, jurídica ou administrativa compatível com o exercício da função de Conselheiro Fiscal;

II - não ter ocupado cargo no Conselho Gestor ou ter sido Presidente ou Vice-presidente do Conselho Deliberativo, bem como empregado ou empregador, cônjuge, padrasto, madrasta, enteado (a), ascendente e descendente em qualquer grau, ou colateral, até o terceiro grau, dos membros do Conselho Gestor do ano imediatamente anterior ou durante o mandato em curso.

Art. 131. Cada chapa deverá inscrever 09 (nove) candidatos a membros efetivos do Conselho Fiscal, com a indicação do Presidente e do Vice-presidente.

Art. 132. Para que a chapa alcance representação deverá obter, no mínimo, 10% (dez por cento) do total dos votos válidos, não computados os brancos e nulos.

§ 1º O número de vagas a ser preenchido por cada chapa será obtido pela multiplicação da quantidade de vagas no Conselho pelo seu respectivo Quociente de Votação.

§ 2º O Quociente de Votação de cada chapa será calculado dividindo-se o número de votos obtidos pelo total de votos válidos, não sendo computados os brancos e nulos e os dados às chapas que não alcançarem a representatividade indicada no caput do artigo, desprezada a fração se menor que 0,5 (zero vírgula cinco) ou somado a 1 (um) se igual ou maior que 0,5 (zero vírgula cinco).



§ 3º Caso apenas uma única chapa atinja o quociente mínimo de 10% (dez por cento) dos votos válidos, o restante das vagas ao Conselho Fiscal será distribuído proporcionalmente entre as demais chapas que atingirem percentual de votos igual ou superior a 5% (cinco por cento).

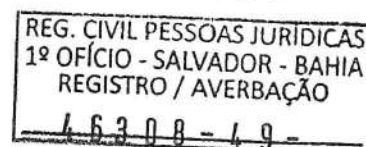
§ 4º Os candidatos que não forem alcançados pelo Quociente de Votação serão chamados para suprir vacâncias no Conselho, originárias de componentes da sua respectiva chapa.

§ 5º Havendo empate entre as chapas mais votadas, os critérios para proclamar o Presidente e o Vice-presidente serão, sucessivamente:

I - a chapa cujo candidato à Presidência tiver o maior tempo de associação;

II - a chapa cujo candidato a Presidente tiver mais idade.

-28/12/23



Art. 133. O Presidente e o Vice-presidente serão integrantes da chapa mais votada.

## **CAPÍTULO V DAS ELEIÇÕES PARA O CONSELHO DE ÉTICA**

Art. 134. A eleição para o Conselho de Ética processar-se-á através de candidaturas individuais de membros do Conselho Deliberativo, cujos eleitos acumularão a função.

Parágrafo único. Na primeira reunião do Conselho Deliberativo após as eleições ordinárias, os candidatos deverão ser formalizados junto à Mesa Diretora, para eleição na mesma reunião.

Art. 135. Os candidatos ao Conselho de Ética devem cumprir os seguintes pré-requisitos:

I - não ocupar cargo na Mesa Diretora;

II - não ter sofrido, a qualquer tempo, pena de Exclusão do quadro de sócios do VITÓRIA.

Art. 136. As chapas ocupantes de vagas no Conselho Deliberativo não terão limitação de candidatos ao Conselho de Ética, porém cada chapa só poderá ter dois representantes no órgão ao mesmo tempo, salvo se o número de candidatos for menor do que o de vagas em disputa.

Art. 137. O Presidente e o Vice-presidente do Conselho de Ética serão o primeiro e o segundo candidatos mais votados.

## **TÍTULO V DA GESTÃO**

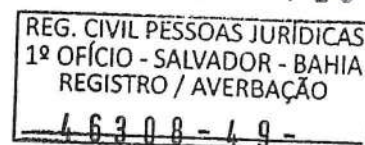
### **CAPÍTULO I DAS FONTES DE RECURSOS**

Art. 138. Constituem receitas do VITÓRIA:

I - contribuições sociais, taxas, produto de venda de título e outras espécies;

- II - cessão de direito de uso de camarotes e cadeiras cativas;
- III - rendas provenientes de bilheterias, de participação e desempenho em competições esportivas, de direitos de imagem e de arena;
- IV - cessão de direitos federativos e econômicos de atletas;
- V - aluguéis de instalações imobiliárias ou de outros bens do VITÓRIA, bem como exploração de seus serviços e empreendimentos;
- VI - comercialização da marca, patrocínios e publicidade;
- VII - multas e indenizações, rateios ou subscrições destinadas a necessidades extraordinárias;
- VIII - doações de qualquer natureza;
- IX - subvenções e auxílios concedidos pelo Poder Público e verbas oriundas de loterias esportivas;
- X - dividendos e juros sobre capital próprio;
- XI - outras fontes de arrecadação extraordinárias.

-28/12/23



Parágrafo único. Os recursos excedentes do VITÓRIA, de qualquer natureza, serão voltados integralmente à manutenção de seus objetivos institucionais, sendo expressamente vedada a distribuição de qualquer parcela de suas rendas e de eventuais saldos, superávits ou resultados, a qualquer título, entre seus sócios, Conselheiros, Gestores ou empregados.

## **CAPÍTULO II DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

Art. 139. O Planejamento Estratégico do VITÓRIA será o guia para os objetivos a longo prazo, determinando a missão, a visão, as metas, os planos de ação mediante análise de cenário e o acompanhamento, de maneira disciplinada e organizada, entre seus gestores, funcionários e sócios.

Parágrafo único. O documento deverá ser publicado nos anos de final 0 e projetará a posição do VITÓRIA após 10 (dez) anos.

## **CAPÍTULO III DO PLANO DE GESTÃO**

Art. 140. O “Plano de Gestão do VITÓRIA” deverá explicitar a forma de administração dos recursos financeiros e evidenciar a capacidade de planejar, formular e programar ações específicas, com embasamento técnico que justifique o desenvolvimento pretendido, especificando as prioridades e os modos de captação de recursos para o decurso do mandato do Conselho Gestor.

Art. 141. O Plano de Gestão deverá conter, pelo menos, os seguintes capítulos:



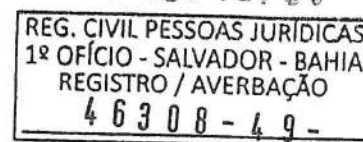
- I - Governança, que expressará o compromisso com a manutenção e ampliação do Sistema de Governança Corporativa, com vistas na melhoria e transparência do desempenho operacional;
- II - Comunicação e Relacionamento com Torcedores; que estabelecerá as diretrizes de comunicação e de relacionamento, visando a excelência no atendimento;
- III - Marketing, que tratará de patrocínios, promoções e prospecções, visando a ampliação de receitas e investimentos e o fortalecimento da marca;
- IV - Patrimônio, que indicará ações para sua conservação e ampliação, incluindo projetos e cronogramas físico-financeiros para compra, aluguéis, adequação de obras e equipamentos;
- V - Futebol, que apresentará um Plano Diretor contemplando gestão do orçamento do Setor, avaliação de desempenho, inteligência de mercado e categorias de base;
- VI - Esportes Gerais, que firmará diretrizes para gestão de excelência e para as escolinhas;
- VII - Jurídico, que indicará as propostas para gestão dos processos, redução contencioso e contingências legais e definição de estratégias jurídicas para diminuir as perdas financeiras;
- VIII - Cenários Econômicos, que trará um estudo para o período do mandato, com visão conservadora, pessimista e otimista, e o resumo das metas no período.

#### **CAPÍTULO IV DO ORÇAMENTO ANUAL**

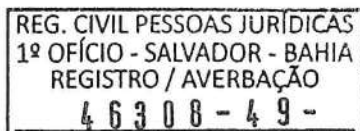
Art. 142. A proposta do Orçamento Anual deverá fazer separação por atividade econômica e/ou esportiva, de modo distinto das atividades sociais, observando o regime de competência mensal, sendo o total das receitas o limite das despesas, e dispor sobre:

- I - o equilíbrio entre as fontes de receitas e despesas atribuídas aos diversos setores, por atividade esportiva e/ou econômica;
- II - comparação com a execução orçamentária do exercício anterior;
- III - análise da situação financeira através do fluxo de caixa anual;
- IV - a previsão dos passivos contingentes e outros riscos, e as providências a serem adotadas;
- V - justificativas para refinanciamento de dívidas, se for o caso;
- VI - a programação financeira e o cronograma de execução mensal.
- VII - as rubricas relativas à material, pessoal, manutenção, obras e serviços de terceiros.

Parágrafo único. No Orçamento Anual será destacada a previsão de receitas e despesas do futebol feminino e das categorias de base do futebol, incluindo a formação de atletas.



-28/12/23



143. A gestão orçamental deve ser rigorosa e transparente, vedadas as seguintes práticas sem prévia autorização do Conselho Deliberativo após parecer do Conselho Fiscal:

I - utilização de disponibilidades financeiras para empréstimos ou transferências de receita de qualquer natureza;

II - revisão de receita que não decorra de comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal;

III - qualquer ato de renúncia de receita desacompanhados de estimativa de impacto orçamentário/financeiro no exercício;

IV - criação, expansão ou continuidade de despesa desacompanhadas da demonstração da origem dos recursos e das estimativas de impacto orçamentário- financeiro;

V - atos que resultem em aumento da despesa com pessoal administrativo a menos de 180 (cento e oitenta) dias do fim do mandato dos membros do Conselho Gestor, exceto demissão por justa causa;

VI - contração de obrigações pecuniárias nos 180 (cento e oitenta) dias que antecedem a eleição ordinária dos membros do Conselho Gestor, que não possam ser cumpridas integralmente dentro do exercício ou que tenham parcelas a serem pagas no seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse fim;

VII - contratação de operação de crédito por antecipação de receita enquanto existir operação anterior da mesma natureza, que somadas, excedam a previsão da receita para o período assim como o mandato do Presidente do Conselho Gestor;

VIII - concessão de garantia superior ao do cocontratante em contratação conjunta de crédito.

Art. 144. A Proposta Orçamentária será enviada ao Conselho Fiscal até o dia 15 de dezembro e deverá ser votada pelo Conselho Deliberativo na segunda quinzena de dezembro.

§ 1º Rejeitada a Proposta Orçamentária, a reformulação ou os ajustes deverão ser enviados em até 10 (dez) dias corridos, com mais 15 (quinze) dias corridos para a votação.

§ 2º Caso a Proposta Orçamentária seja reprovada por 03 (três) vezes, prevalecerão os ajustes determinados pelo Conselho Deliberativo na respectiva reunião.

§ 3º No caso de não apresentação da proposta orçamentária sem justificativa razoável, será instaurado processo administrativo para apuração de responsabilidade junto à Assembleia Geral.

Art. 145. A autonomia para contrair empréstimos e celebrar acordos de antecipação de receitas ficará suspensa e implicará na autorização prévia do Conselho Deliberativo enquanto perdurar alguma das seguintes irregularidades ou não for apresentada justificativa razoável para elas:

I - se o orçamento não for entregue ao Conselho Fiscal no prazo previsto neste Estatuto;





II - se houver atraso superior a 30 (trinta) dias corridos no envio dos balancetes para apreciação do Conselho Fiscal;

III - se comprovado, por meio dos balancetes trimestrais, que o resultado realizado está 20% (vinte por cento) inferior ao resultado previsto acumulado do exercício corrente.

Art. 146. Será admitido o excedente de até 5% (cinco por cento) do orçamento, sob verificação por área, por atividade e no agregado, observada a receita prevista e a auferida.

Art. 147. Em situação excepcional poderá ser solicitado pelo Conselho Fiscal uma apresentação da Demonstração de Resultado Trimestral que descreva as operações realizadas no período junto com uma análise do caixa ao Conselho Fiscal até o 10º (décimo) dia corrido do mês posterior ao final do trimestre solicitado.

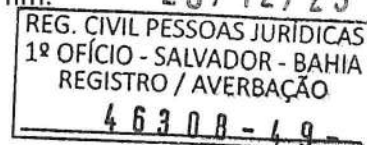
Parágrafo único. O Conselho Fiscal deverá apresentar parecer ao Conselho Deliberativo em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da referida Demonstração.

Art. 148. As recomendações corretivas da execução orçamentária contidas no parecer do Conselho Fiscal deverão ser votadas pelo Conselho Deliberativo e, caso aprovadas, enviadas ao Conselho Gestor, que deverá apresentar as ações implantadas para as correções em até 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo único. O descumprimento do prazo no caput deste artigo obrigará o Presidente do Conselho Deliberativo a emitir Aviso de Prática de Gestão Temerária ao Presidente do Conselho Gestor, que terá até 15 (quinze) dias úteis para apresentar as ações implantadas, e, em caso de novo descumprimento, será convocada a Assembleia Geral para deliberar exclusivamente sobre este fim.

-28/12/23

## **CAPÍTULO V DAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA**



Art. 149. As Práticas de Transparência do VITÓRIA deverão contemplar ações que ratifiquem as seguintes normas de conduta a serem adotadas pelo órgão nos seus atos oficiais e controles internos:

I - promover ativamente o comportamento ético em todo os âmbitos de atuação;

II - prevenir a corrupção e os conflitos de interesses e garantir a legalidade das próprias operações;

III - informar a efetividade e a eficiência do uso dos seus recursos;

IV - publicar, tempestivamente, relatórios de auditoria interna e externa e orientar o equilíbrio entre o acesso livre à informação e o resguardo de informações sensíveis, sigilosas e estratégicas;

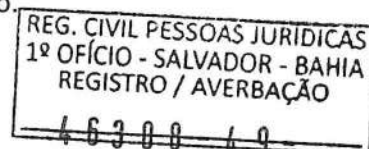
V - garantir a autonomia e independência das auditorias internas e externas;

VI - incentivar o interesse e facilitar o acesso do sócio aos documentos e informações do VITÓRIA.

Parágrafo único. Os seguintes documentos e informações devem ser mantidos atualizados no Site Oficial e disponibilizados na Sede Administrativa:

- I - estatuto e outros Instrumentos Normativos Complementares;
- II - relação nominal atualizada dos dirigentes e membros dos órgãos sociais;
- III - relação nominal dos sócios, especificando categoria, data de início e tempo de associação, atualizada até o dia 15 (quinze) de cada mês;
- IV - cópia integral dos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres realizados com o Poder Público e respectivos aditivos;
- V - relatório anual das atividades do Conselho Gestor;
- VI - balanço anual e demais demonstrativos financeiros, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e dos auditores independentes;
- VII - balancete contábil trimestral, a ser publicado até o último dia útil do mês subsequente; VIII - o comparativo do orçamento previsto versus o realizado;
- VIII - atas das reuniões do Conselho Deliberativo;
- XI - balanço das cotas e ingressos de eventos, formalizado em janeiro de cada ano.

## **CAPÍTULO VI DAS AUDITORIAS**



Art. 150. O VITÓRIA adotará processos de auditoria interna e externa, devendo, para realização da auditoria externa, ser contratada empresa de auditoria independente, de comprovada experiência e reputação ilibada.

## **CAPÍTULO VII DAS DESPESAS**

Art. 151. As despesas do VITÓRIA somente serão efetuadas com observância dos valores consignados na respectiva rubrica orçamentária.

Art. 152. Somente com autorização expressa do Conselho Deliberativo poderão ser realizadas despesas não previstas nas dotações orçamentárias.

Parágrafo único. O Conselho Gestor poderá remanejar entre as rubricas do orçamento, por atividade esportiva ou econômica, excessos de até 20% (vinte por cento), desde que existam receitas suficientes para realizá-las, sob comunicação prévia ao Conselho Fiscal.

Art. 153. As despesas de qualquer natureza e os contratos celebrados para obras e prestação de serviços somente poderão ser feitos mediante às normas seguintes:

- I - tomada de preço para compras, obras ou serviços com valor global não inferior a 30 (trinta) e não superior a 100 (cem) salários mínimos;



II - concorrência administrativa quando o valor global for maior que 100 (cem) salários mínimos.

§ 1º A tomada de preços é o sistema em que os interessados, por carta, correio eletrônico ou outro meio de comunicação, apresentam proposta no prazo de 03 (três) dias corridos.

§ 2º Na concorrência, o prazo para propostas é de 15 (quinze) dias corridos, devendo o chamamento dos interessados ocorrer via edital publicado em jornal local de grande circulação e no Site Oficial.

§ 3º Para aquisição de bens e serviços em caráter emergencial ou bens de tecnologia sem similar, bem como a contratação de técnico detentor de notória especialização para a realização de serviços de natureza singular, será dispensada a tomada de preços ou a concorrência administrativa.

Art. 154. Com exceção das despesas de valor até 1 (um) salário mínimo, as demais serão pagas obrigatoriamente com cheques bancários nominativos ou transferências eletrônicas e depósitos em conta corrente do fornecedor ou prestador de serviços, sendo indispensável, em qualquer hipótese, o arquivo do comprovante da respectiva despesa na Contabilidade.

#### **CAPÍTULO VIII DA CONTABILIDADE**



Art. 155. Os serviços de Contabilidade serão executados em condições que permitam o conhecimento imediato da posição das contas relativas ao patrimônio e às finanças.

Parágrafo único. Todas as receitas e despesas estão sujeitas a comprovante de recolhimento ou pagamento e à demonstração dos respectivos saldos.

Art. 156. As demonstrações financeiras serão, obrigatoriamente, feitas por regime de competência.

Art. 157. Os demonstrativos financeiros deverão seguir os princípios contábeis da entidade, da continuidade, da oportunidade, do registro pelo valor original, da competência e da prudência.

Art. 158. A escrita fiscal e contábil do VITÓRIA deverá atender todas as exigências legais, com vistas em manter as suas imunidades tributárias.

Art. 159. As prestações de contas anuais devem incluir o seguinte:

I - balanço e conta de ganhos e perdas, indicando a situação financeira e o capital próprio do VITÓRIA;

II - relatório financeiro do ano, explicando as variações e incidentes mais significativos em relação ao orçamento.

Art. 160. As demonstrações contábeis devem ser publicadas, após terem sido submetidas a auditoria independente, até o último dia útil do mês de abril do ano subsequente, separadamente por atividade econômica e por modalidade esportiva, distinguindo-as das atividades sociais e recreativas, de acordo com os padrões e critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade, e explicitando os seguintes valores:

- I - receitas de transmissão e de imagem;
- II - receitas de patrocínios, publicidade, luva e marketing;
- III - receitas com transferência de atletas;
- IV - receitas de bilheteria;
- V - receitas e despesas com atividades sociais da entidade;
- VI - despesas totais com modalidade desportiva profissional;
- VII - despesas com pagamento de direitos econômicos de atletas;
- VIII - despesas totais com pagamento de direitos de imagem de atletas;
- IX - despesas com modalidades desportivas não profissionais;
- X - receitas decorrentes de repasses de recursos públicos de qualquer natureza, origem e finalidade.

Art. 161. O VITÓRIA manterá seção específica e de fácil visibilidade no Site Oficial com todos os dados financeiros e contábeis atualizados, preservadas as informações estratégicas e os sigilos fiscal, contratual e decorrente do direito constitucional à privacidade, contemplando o seguinte:

- I - publicação dos documentos que atestem o cumprimento do disposto no art. 4º, I a X, da Lei Federal nº 13.155/2015;
- II - realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria com órgãos públicos.

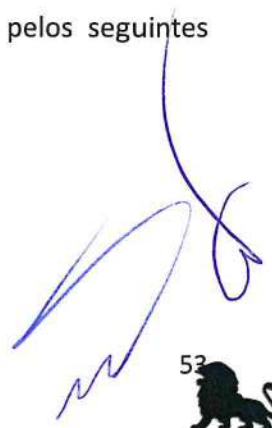
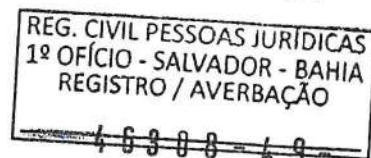
**TÍTULO VI  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Seção I - Instrumentos Normativos Complementares**

Art. 162. As disposições deste Estatuto serão regulamentadas, no que couber, pelos seguintes instrumentos:

- I - regulamento geral do Vitória;
- II - código de Ética e Disciplina;
- III - manual do colaborador;





- IV - manual de Identidade visual e sonora;
- V - regimento Interno do Conselho Deliberativo;
- VI - regimento Interno do Conselho Gestor;
- VII - regimento Interno do Conselho Fiscal;
- VIII - regimento Interno do Conselho de Ética;
- IX - regimento eleitoral.

## Seção II - Ano Social

Art. 163. O ano social começa em 1 de janeiro e termina em 31 de dezembro.

## Seção III - Convocações e Deliberações

Art. 164. Será respeitado o prazo de 30 (trinta) minutos da primeira para a segunda e da segunda para a terceira convocação de órgãos do VITÓRIA, vedadas deliberações sem maioria absoluta dos membros em primeira e segunda convocações, salvo disposição diferente neste Estatuto.

Parágrafo único. As matérias submetidas serão aprovadas pelo voto de maioria simples em terceira convocação, salvo disposição diferente neste Estatuto.

- 28 / 12 / 23

## Seção IV - Prazos

REG. CIVIL PESSOAS JURÍDICAS  
1º OFÍCIO - SALVADOR - BAHIA  
REGISTRO / AVERBAÇÃO  
46308-49-

Art. 165. Os prazos para prática de atos e apresentação de informações será de 10 (dez) dias úteis, não se interrompendo nos feriados e pontos facultativos, contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento, salvo disposição diferente neste Estatuto.

Parágrafo único. O prazo será prorrogado até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado, em dia sem expediente ou encerrando-se antes do horário normal da Secretaria do VITÓRIA.

## Seção V - Da Constituição de Sociedade Anônima do Futebol - SAF

Art. 166. Ao VITÓRIA é facultada a constituição de Sociedade Anônima do Futebol - SAF, nos termos da legislação vigente, seguindo rito instituído por esse Estatuto.

§ 1º A constituição da SAF será feita por iniciativa do Conselho Gestor, com a elaboração de plano e modelo de negócio, que será encaminhado para apreciação do Conselho Fiscal e emissão de Parecer.

§ 2º O Conselho Fiscal deverá avaliar os termos do plano e modelo de negócio, bem como a minuta do acordo de acionistas, para apresentar ao Conselho Deliberativo do Clube o seu Parecer contendo o entendimento acerca dos principais pontos e riscos do negócio.

§ 3º Após o parecer do Conselho Fiscal, o Conselho Deliberativo deverá constituir uma Comissão Especial, contando com a participação de conselheiros e/ou especialistas no tema, para estudar e



aprimorar o plano e modelo de negócio apresentado pelo Conselho Gestor, tendo a obrigação de realizar pelo menos uma consulta e uma audiência entre os sócios do Clube.

§ 4º A Comissão Especial, após a consulta e a audiência, deverá elaborar a proposta final do plano e modelo de negócio, acatando ou rejeitando as contribuições dos sócios, e apresentá-la ao Conselho Deliberativo.

§ 5º O Conselho Deliberativo do VITÓRIA deverá discutir e aprovar, total ou parcialmente, por maioria de 2/3 (dois terços) dos presentes, o plano de modelo de negócios, e encaminhá-lo para aprovação ou não, também por maioria de 2/3 (dois terços) dos presentes, da Assembleia Geral.

### **Seção VI - Dissolução, Transformação, Incorporação, Cisão e Fusão da Associação**

Art. 167. As deliberações sobre dissolução, transformação, incorporação, cisão e fusão do VITÓRIA pela Assembleia Geral ocorrerão em duas reuniões distintas e consecutivas, especialmente convocadas para este fim, vedada a deliberação em primeira e segunda convocações sem 3/4 (três quartos) dos sócios com direitos estatutários em dia.

Art. 168. O VITÓRIA somente se dissolverá em caso de insuperáveis dificuldades para o cumprimento dos seus objetivos.

§ 1º A liquidação do patrimônio em consequência da dissolução será feita extrajudicialmente através de uma Comissão Liquidante constituída pelos Presidentes e Vice-presidentes dos Conselhos Gestor, Deliberativo e Fiscal salvo deliberação diferente da Assembleia Geral.

§ 2º O remanescente do seu patrimônio líquido será destinado a uma ou mais entidades de natureza filantrópica sediadas na mesma cidade, por escolha da Assembleia Geral, na forma da lei.

§ 3º Os livros e documentos do VITÓRIA ficarão sob custódia do Centro de Memória da Bahia.

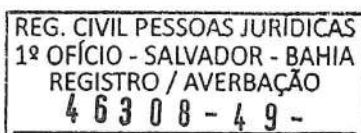
### **Seção VII - Honrarias**

Art. 169. Aos que prestaram notórios e destacados serviços ao VITÓRIA, poderá ser concedida menção honrosa pela outorga da Comenda Artêmio Valente, sem que implique qualquer privilégio.

§ 1º A concessão da Comenda Artêmio Valente será anual, em cerimônia organizada pelo Conselho Deliberativo em decorrência do aniversário de fundação no VITÓRIA.

§ 2º Deverá ser aberta aos sócios a proposição de candidatos a Comenda Artêmio Valente com antecedência mínima de 2 (dois) meses em relação a data de aniversário da fundação do VITÓRIA.

Art. 170. O sócio torcedor que completar 30 (trinta) anos ininterruptos de associação receberá a Comenda Raimundo Rocha Pires, como reconhecimento da sua contribuição ao VITÓRIA.



- 28/12/23

### **Seção VIII - Alterações do Estatuto**



Art. 171. A proposta de alteração do presente Estatuto deverá ser instruída com a indicação do artigo que se pretende alterar e a sua nova redação ou da redação que se pretende inserir, acompanhada da justificativa, e dirigida ao Presidente do Conselho Deliberativo.

Art. 172. Fica definida a criação da Comissão Permanente de Revisão do Estatuto, que tem por objetivo avaliar a pertinência e adequação dos itens desde Estatuto ao longo do tempo, e propor adequações, melhorias e inovações ao seu texto. Cabe a esta Comissão também avaliar emendas de sócios e conselheiros quanto a legalidade e procedibilidade.

§ 1º Nas propostas oriundas de 1/5 (um quinto) dos sócios aptos, o Conselho Deliberativo deverá fazer análise estritamente quanto a legalidade e aos requisitos de procedibilidade, cuja verificação de conformidade com a lei e com dispositivos correlacionados neste Estatuto implicará na convocação da Assembleia Geral Extraordinária em até 20 (vinte) dias úteis, cabendo pedido de reconsideração ao próprio órgão no prazo de 10 (dez) dias úteis em caso de rejeição.

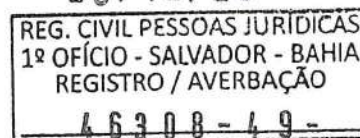
§ 2º As propostas oriundas de Presidentes de órgãos ou de 1/3 (um terço) dos membros do Conselho Deliberativo serão submetidas ao colegiado deste órgão que, em reunião convocada especificamente para tal fim, decidirá, pelo voto de maioria absoluta, sobre a convocação da Assembleia Geral Extraordinária em até 20 (vinte) dias úteis para deliberar sobre as propostas.

Art. 173. Qualquer alteração no sistema de eleições proporcionais e diretas somente ocorrerá pelo voto de 3/4 (três quartos) dos sócios com direito a voto, destacando no Edital tais propostas.

## **CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

### **Seção I - Sócio Benemérito**

-28/12/23



Art. 174. O Conselho Deliberativo, em votação simples, poderá conceder a honraria de sócio benemérito àqueles que tiverem prestado relevantes serviços ao VITÓRIA.

Parágrafo único. O Sócio benemérito é uma honraria que não integra o recebedor ao quadro de sócio do VITÓRIA, e somente atendendo ao tempo de contribuição previsto neste Estatuto, terá direito a voto e ao cômputo do tempo para fins eletivos.

### **Seção II - Regularização dos Sócios Patrimoniais e Proprietários de Cadeira Cativa**

Art. 175. O Conselho Gestor deverá convocar os sócios patrimoniais e os proprietários de cadeira cativa para regularização cadastral em até 03 (três) meses da aprovação deste Estatuto, publicando Edital por três vezes no Site Oficial e nos demais canais de comunicação do VITÓRIA e uma vez em jornal local de grande circulação, além de enviar e-mail ao endereço domiciliar cadastrados pelos interessados, eliminando quaisquer direitos aos não regularizados após o prazo estabelecido.

### **Seção III - Organização das Eleições**

Art. 176. As eleições ordinárias para escolha dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, e do Presidente e Vice-presidente do Conselho Gestor processar-se-ão, excepcionalmente no ano de 2022,



na primeira quinzena do mês de setembro/22, preferencialmente em um sábado ou domingo, evitando feriados, pontos facultativos e seus prolongamentos. Em caráter excepcional, o calendário eleitoral previsto no art. 101 será ajustado para um período de 30 (trinta) dias. A votação será secreta por meio urna eletrônica e/ou de cédulas impressas, sem emendas ou rasuras, em envelopes iguais rubricados pelo Presidente da Assembleia Geral. A posse dos eleitos será na segunda quinzena de dezembro/22.

#### Seção IV - Conselheiro Vitalício

Art. 177. Os atuais Conselheiros Vitalícios do Clube, permanecem nos seus mandatos até a segunda quinzena de dezembro de 2022, e aqueles que porventura não sejam associados do Vitória, devem promover a sua associação no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados desta Assembleia Geral (11/06/2022), para obter o direito de incorporar o tempo de Conselheiro Vitalício ao seu tempo de sócio, para fins de direito a ser inserido nas disposições transitórias.

#### Seção V - Instrumentos Normativos Complementares

Art. 178. Os Instrumentos Normativos Complementares deverão ser revisados em até 06 (seis) meses da aprovação deste Estatuto, com ampla participação dos membros dos respectivos órgãos.

Salvador (BA), 02 de dezembro de 2023.

Nilton Gonçalves de Almeida Filho  
Presidente do Conselho Deliberativo

Ralph Fernandes de Oliveira Neto  
Secretário da Comissão de Adequação

Comissão de Adequação do Estatuto (Resolução CD 07/2022 - 07/12/2022)

- 01 - Edgar Silva Neto - Presidente
- 02 - Filipe Correia Penedo de Albuquerque - Membro
- 03 - Pedro César Gaspar Dórea - Membro
- 04 - Rômulo Braga Ramos - Membro
- 05 - Vladimir Ferreira Correia - Membro

